



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90005/2025

PREÂMBULO

O Tribunal Regional Eleitoral da Bahia – TRE-BA, por meio de seu Pregoeiro, designado pela [Portaria nº 829, de 24 de outubro de 2022](#), torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, para contratação de serviços continuados de desratização, descupinização e desinsetização das dependências dos prédios onde funcionam unidades da Justiça Eleitoral no interior do estado da Bahia, junto a Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.

Esta licitação, autorizada no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), processo n.º 0022605-12.2024.6.05.8000, será regida pela Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, pelo Decreto nº 8.538/2015, pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, pela Instrução Normativa/MPOG nº 03/2018, demais legislação aplicável e, ainda, pelas condições constantes neste Edital.

SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

Dia: 27.05.2025

Hora: 9h (horário de Brasília/DF)

Pregoeiro: Lúcio Roberto de Oliveira

E-mail: lroliveira@tre-ba.jus.br. **Telefone:** (71) 3373-7084

Processo SEI n.º: 0022605-12.2024.6.05.8000

Endereço Eletrônico: www.gov.br/compras (Portal de Compras do Governo Federal)

Código UASG: 70013

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço por lote.

MODO DE DISPUTA: aberto e fechado.

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP

OBSERVAÇÃO: Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data previamente fixada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de prévia comunicação pelo Pregoeiro.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

NOTA IMPORTANTE. As licitantes deverão prestar especial atenção às disposições constantes da **Seção XVI**, deste Edital, que tratam das penalidades a serem aplicadas às licitantes que cometerem atos ilícitos na Licitação ou durante a execução do Contrato. Conforme Acórdão 754/2015, do Tribunal de Contas da União, o gestor público poderá ser responsabilizado, penal e administrativamente, pela omissão na aplicação de sanções aos licitantes que pratiquem atos ilícitos na licitação ou na execução do contrato, tais como não manter a proposta, não encaminhar documento de habilitação ou encaminhar documentação falsa etc.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa total com a execução do objeto desta licitação é estimada em **R\$ 60.396,80** (sessenta mil trezentos e noventa e seis reais e oitenta centavos), conforme orçamento estimativo e valor(es) máximo(s) admitido(s) para contratação, constante(s) do Anexo II deste Edital.

A despesa correrá à conta de recursos consignados ao TRE-BA no Orçamento Geral da União, Programa de Trabalho: 02.122.0033.20GP.0029 - “Julgamento de Causas e Gestão Administrativa da Justiça Eleitoral - no Estado da Bahia”. Natureza da Despesa: 3.3.3.90.39.78 - Serviços de Limpeza e Conservação.

Anexos

I – Termo de Referência

A – Relação dos Locais Onde Serão Prestados os Serviços

II – Orçamento Estimativo/Valor(es) Máximo(s) Admitido(s) para Contratação

III – Proposta-Padrão

IV – Minuta do Contrato

SEÇÃO I – DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de serviços continuados de desratização, descupinização e desinsetização das dependências dos prédios onde funcionam unidades da Justiça Eleitoral no interior do estado da Bahia, conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I do Edital – Termo de Referência.

1.2. Havendo divergência entre as descrições do CATSER/CATMAT e as constantes neste Edital (Anexo I), prevalecerão as últimas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

SEÇÃO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. A sessão deste pregão será pública e realizada em conformidade com as condições estabelecidas neste Edital, na data, no horário e no endereço eletrônico indicados no preâmbulo.

2.2. Poderão participar deste pregão eletrônico as **licitantes** que atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estejam devidamente credenciadas, por meio do sítio www.gov.br/compras, para acesso ao Portal de Compras do Governo Federal.

2.3. O credenciamento da licitante e sua manutenção dependerão de registro prévio e atualizado no **SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores**.

2.4. Como requisito para participação no pregão eletrônico, a **licitante** deverá manifestar, em campo próprio do Sistema, o pleno conhecimento e o atendimento às exigências de habilitação do presente Edital.

2.5. A declaração falsa relativa à proposta de preços e ao cumprimento dos requisitos de habilitação e do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 sujeitará a licitante às sanções previstas na legislação.

2.6. Não poderão participar desta licitação:

- a) empresário e sociedade empresária ou simples, na seguinte situação:
 - a.1) suspensos de participar de licitação e impedidos de contratar com o TRE-BA, durante o prazo da sanção aplicada;
 - a.2) declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
 - a.3) impedidos de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada;
 - a.4) proibidos de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98;
 - a.5) proibidos de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;
- b) direta ou indiretamente, agente público do órgão licitante ou, na fase de execução do contrato, agente público do órgão contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria;
 - b.1) as vedações de que tratam a alínea “b” acima estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica

- c) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- d) sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- e) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- f) sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
- g) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- h) os demais interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;
- i) consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição, conforme justificativa constante no Termo de Referência (Anexo I do Edital);
- j) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – Oscips;
- k) empresário e sociedade empresária ou simples que não se enquadrem na condição de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.

2.6.1. O impedimento de licitar em decorrência de sanção que foi imposta à pessoa jurídica será também aplicado à licitante que atue em substituição à empresa apenada, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.7. Os documentos apresentados nesta licitação deverão:

- a) estar em nome da licitante, com um único número de CNPJ;
- b) estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

SECÃO III – DO CREDENCIAMENTO

3.1. A **licitante** deverá credenciar-se no sistema “Pregão Eletrônico”, no sítio www.gov.br/compras (Portal de Compras do Governo Federal), observado o seguinte:

- a) o credenciamento far-se-á mediante atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;
- b) a perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso;
- c) o credenciamento da licitante ou de seu representante perante o provedor do sistema implicará responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da **licitante**, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.3. A **licitante** responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

SECÃO IV – DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS

4.1. A **licitante** deverá preencher eletronicamente, em campos próprios do sistema, a descrição do objeto e o preço, **conforme condição 4.2.1 deste Edital**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.1.1. A etapa de que trata a condição acima será encerrada automaticamente com a abertura da sessão pública.

4.1.2. As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.2. A **licitante** deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, **O VALOR TOTAL PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PARA CADA ITEM, CONSIDERANDO, TODO O PERÍODO DA CONTRATAÇÃO (24 MESES)**, já inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

4.2.1. A proposta deverá conter a discriminação do objeto, com as especificações descritas no Termo de Referência (**Anexo I** deste Edital).

4.2.1.1. **Não é permitida a apresentação de proposta com quantidade inferior à prevista no Termo de Referência (Anexo I do Edital).**

4.3. A **licitante** declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do Edital.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

4.4. A falsidade da declaração relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta, ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, ou das declarações previstas na **Seção XI deste Edital**, sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei 14.133/2021 e neste Edital.

4.5. Nessa etapa não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após a fase de lances.

4.5.1. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, a licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta, observando as seguintes regras:

- a) a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- b) os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo e o intervalo de que trata alínea acima;
- c) o valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema;

4.5.1.1. o valor final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para as demais licitantes e para o órgão licitante, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.6. As propostas terão **validade de 60 (sessenta) dias**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

4.7. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, a licitante fica liberada dos compromissos assumidos.

4.8. A celebração do contrato após vencido o prazo estabelecido na **condição 4.6** importa em prorrogação da validade da proposta.

SUBSEÇÃO I – DA VISTORIA PRÉVIA

4.9. A vistoria prévia é facultativa, não se consubstanciando em condição para a contratação. Contudo, ficam os interessados cientes de que, após a apresentação das propostas, não serão admitidas, em nenhuma hipótese, alegações posteriores de desconhecimento do objeto a ser contratado, bem como de dificuldades técnicas não identificadas ou previstas.

4.10. Caso o fornecedor opte pela realização da vistoria, deverá manter contato com a Seção de Apoio Administrativo ao Interior (SEADIN), através do telefone (71) 3373-7028 ou e-mail seadin@tre-ba.jus.br, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data da licitação, visando ao respectivo agendamento.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

SEÇÃO V – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

5.1. No dia e hora indicados no preâmbulo deste Edital, a sessão pública será aberta **automaticamente** pelo sistema www.gov.br/compras (Portal de Compras do Governo Federal).

5.2. A comunicação entre o **Pregoeiro** e as **licitantes** ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico, vedada outra forma de comunicação.

5.3. A **licitante** deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

SEÇÃO VI – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. Somente na fase de envio de lances haverá ordem de classificação das propostas.

6.2. Qualquer elemento que possa identificar a **licitante**, importará a desclassificação da proposta. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.3. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, de que trata a Seção X deste Edital, em relação à proposta mais bem classificada.

SEÇÃO VII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. Aberta a etapa competitiva, as **licitantes** poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

7.2. Na formulação de lances, deverão ser observados os seguintes aspectos:

- a) as licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital;
- b) a **licitante** somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema, **observada a diferença mínima de R\$ 0,02 (dois centavos) entre os lances**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;
- c) Observada a **alínea “b”** acima, a licitante poderá, **uma única vez**, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível, nos termos da **condição 10.6 deste Edital**.

7.3. Durante a sessão pública do pregão, as **licitantes** serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

7.4. Nesta fase de disputa, o **Pregoeiro** poderá, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

7.4.1. A eventual exclusão de proposta da licitante, de que trata a condição acima, implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

7.5. Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.6. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão deste pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação expressa do fato aos participantes no sítio www.gov.br/compras (Portal de Compras do Governo Federal).

SUBSEÇÃO I – MODO DE DISPUTA DE LANCES: ABERTO E FECHADO

7.7. Será adotado para envio de lances, nesta licitação, o modo de disputa “aberto e fechado”, no qual as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com possibilidade de lance final e fechado.

7.8. A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos, sem prorrogação. Encerrado esse prazo, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

7.9. Encerrado o prazo aleatório acima previsto, o sistema selecionará:

- a)** O autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superiores àquela, para que possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento desse prazo, podendo optar em manter seu último lance da etapa aberta.
- b)** Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições acima, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo, podendo optar por manter seu último lance da etapa aberta.

7.10. Encerrados os prazos estabelecidos nas **alíneas acima** o sistema ordenará os lances em ordem crescente de valores.

7.11. Não havendo licitante classificada na etapa de lance fechado que atenda às exigências do edital, o Pregoeiro reiniciará a etapa fechada para as licitantes que ainda não foram convocadas, seguindo o disposto na **alínea “b” da condição 7.9 deste Edital**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

7.11.1. Na hipótese da **condição 7.11 acima**, o pregoeiro deverá avisar as licitantes, via *chat* e no campo aviso do sistema, **com antecedência mínima de 24 horas**, o reinício da etapa fechada.

SECÃO VIII – DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

8.1. Após a etapa de envio de lances, havendo empate, será aplicado o critério de desempate estabelecido no inciso I do art. 60 da Lei 14.133/2021, qual seja: disputa final, hipótese em que as licitantes empatadas poderão apresentar um novo lance fechado, em até 5 minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.2. Persistindo o empate e não sendo possível aplicar os critérios objetivos previstos no artigo 60 da Lei nº 14.133/2021, em razão da ausência de regulamentação e/ou de Ato da Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, o desempate será realizado conforme o procedimento disponibilizado no sistema Compras.gov.br (Portal de Compras do Governo Federal) no momento da licitação, até que haja regulamentação específica.

8.3. Os critérios de desempate previstos nas **condições 8.1 e 8.2 acima** também serão aplicados caso as propostas iniciais estejam empatadas e não haja envio de lances na fase competitiva.

SECÃO IX – DA NEGOCIAÇÃO

9.1. Na fase de julgamento, após definida a classificação das propostas, o **Pregoeiro** poderá **negociar** condições mais vantajosas e encaminhar contraproposta diretamente à **licitante** que tenha apresentado o melhor preço, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

9.2 Caso a proposta de preço mais bem classificada esteja acima do valor estimado para a contratação, o **Pregoeiro** deverá negociar com a **licitante**, com vista à obtenção de menor preço, observadas a **condição 10.6 deste Edital**.

9.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais **licitantes**.

SECÃO X – DA FASE DE JULGAMENTO E DO ENVIO DA PROPOSTA-PADRÃO

10.1. Encerrada a etapa competitiva, o **Pregoeiro** realizará a verificação da conformidade da proposta mais bem classificada quanto à sua adequação à especificação do objeto licitado e, observadas as **condições 10.5 e 10.5.1 deste Edital**, à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação, constantes, respectivamente, do Anexo I (Termo de Referência) deste Edital e do Anexo II (**Orçamento Estimativo/Valor(es) Máximo(s) Admitido(s) para Contratação**).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

10.2. A licitante terá o **prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período**, contado da solicitação do Pregoeiro no sistema, para envio da **proposta-padrão, conforme Anexo III deste Edital**, sob pena de recusa da proposta adequada ao último lance **ofertado após a negociação prevista na Seção IX deste Edital**. A prorrogação do referido prazo poderá ocorrer nas seguintes situações:

- a) por solicitação da licitante, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro; ou
- b) de ofício, a critério do Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no Edital para a verificação de conformidade de que trata a **condição 10.1** do Edital.

10.2.1. Caso seja necessário o envio de documentos complementares, a licitante deverá fazê-lo no prazo referido na **condição 10.2**.

10.2.2. O não envio da proposta e de documentos complementares, na forma das condições 10.2 e 10.2.1 acima, somente ensejará a desclassificação da licitante caso impossibilite a verificação da conformidade da proposta com o Edital e/ou a análise de aceitabilidade dos preços unitários.

10.3. Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.

10.3.1. Os valores máximos unitários admitidos para a contratação são aqueles estabelecidos nas planilhas constantes no Anexo II deste Edital.

10.3.2. Erros no preenchimento da **proposta-padrão** não configuram motivo suficiente para sua recusa, podendo ser ajustada sem a majoração do preço final ofertado e desde que se comprove que este é suficiente para arcar com todos os custos da contratação.

10.3.3. Também não será desclassificada a proposta quando o preço global for aceitável, mas o valor unitário necessitar ser ajustado ao valor estimado pela Administração.

10.4 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, conforme § 2º do art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

10.5. É indício de inexequibilidade da proposta valor inferior a **50% (cinquenta por cento)** do valor orçado pela Administração.

10.5.1. Ocorrendo a situação prevista na **condição 10.5** acima, a inexequibilidade só será considerada se, após diligência do Pregoeiro, restar comprovado que o custo da licitante é superior ao valor de sua proposta e que inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

10.6. Se o preço constante da proposta mais bem classificada for superior ao preço estimado para a contratação, e caso a **licitante**, após negociação, não aceite baixar o seu preço, será este considerado excessivo e a proposta desclassificada.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

10.6.1. Observado o valor máximo fixado para o lote, o Pregoeiro deverá verificar, também, os preços unitários dos itens que o integram, recusando as propostas que consignarem valores unitários superiores ao preço máximo estimado para a contratação.

10.6.2. Ocorrendo a situação prevista na **condição 10.6.1.** (preço unitário dos itens integrantes do lote maior do que o preço máximo estimado para contratação), o Pregoeiro negociará com a licitante visando a obter preço menor, não sendo permitida a redistribuição da diferença entre os demais itens, ainda que o valor destes seja inferior ao preço da administração.

SEÇÃO XI – DA HABILITAÇÃO E DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO

11.1. Após a fase de julgamento de que trata a **Seção X deste Edital**, o Pregoeiro passará ao exame dos documentos de habilitação, conforme disposições abaixo.

11.1.1. As **licitantes** apresentarão, por ocasião do envio da proposta, e por meio do campo próprio do sistema, a seguinte documentação:

- a) Declaração de que possui ciência do inteiro teor do ato convocatório e dos seus Anexos e **atende aos requisitos de habilitação neles estabelecido**, concordando com suas condições, e que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta,
- b) Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos de idade, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos de idade, em qualquer trabalho, salvo, quanto a este, na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Lei nº 9.854/99).
- c) Declaração de observância aos incisos III e V do art. 1º e de cumprimento do inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano e degradante.
- d) Declaração de cumprimento das exigências de reservas de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme inciso IV do art. 63 da Lei 14.133/2021.
- e) Declaração de cumprimento das exigências reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como reserva de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.
- f) **Declaração de que não ultrapassou o limite de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, fazendo jus aos benefícios previstos nos artigos 42 ao 49, bem como de que**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

não possui, no ano-calendário da realização da licitação, contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte.

11.1.1.1. A **licitante** responderá pela veracidade das informações contidas nas declarações apresentadas, na forma da lei, devendo manter durante a execução do contrato o cumprimento das condições habilitatórias, sob pena de extinção do contrato.

11.1.2. Para habilitação jurídica:

- a) comprovante de inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresário;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado, no caso de sociedades por ações, de documentos de eleição de seus administradores;
- c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;
- e) ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
 - e.1) **licença sanitária** emitida pela autoridade competente estadual e/ou municipal, mediante a apresentação do respectivo alvará, ou documento comprobatório de isenção de tal obrigação, se for o caso;
 - e.2) **licença ambiental** emitida pelo órgão ambiental competente ou documento comprobatório de isenção de tal obrigação, se for o caso.

11.1.3. Para regularidade fiscal:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) – Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- c) prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1751/2014;
- d) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, mediante Certidão de Quitação de Tributos Municipais, ou certidão que comprove a regularidade com o ISS, emitida pelo órgão competente.

11.1.4. Para regularidade trabalhista:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

- a) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

11.1.5. Para qualificação econômico-financeira:

- a) Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da sede da **licitante**.

11.1.6. Para qualificação técnica:

- a) Comprovação de que a **licitante** está registrada no conselho profissional competente para fiscalizar a atividade profissional do seu responsável técnico;
- b) Comprovação de que possui, em seu quadro permanente de pessoal, na data da apresentação da proposta e durante a execução do contrato, profissional de nível superior ou médio profissionalizante, devidamente habilitado para exercer as atividades objeto desta contratação, com registro válido no Conselho Profissional competente, além da comprovação oficial da competência para exercer tal função, emitida pelo seu conselho profissional;
- c) A comprovação de vínculo profissional com a empresa **licitante** poderá ser demonstrada, entre outros meios, através de carteira de trabalho, de contrato de prestação de serviços ou do contrato social, ou pela certidão de registro da **licitante** na entidade profissional em que conste o nome do profissional como seu responsável técnico ou, ainda, de declaração da contratação futura do profissional, acompanhada da declaração de sua anuência;
- d) Comprovação de que o profissional citado na alínea “b” é o Responsável Técnico da **licitante**;
- e) Comprovação de que o Responsável Técnico da empresa já executou serviço de desratização, descupinização e desinsetização;
- f) Comprovação por meio de Atestado de Capacidade Técnico-Operacional de que a **licitante** executou com êxito serviços de desratização, descupinização e desinsetização, emitido por órgão da Administração Pública em geral ou Empresa Privada, em nome da **licitante**, devendo constar do atestado emitido pelas pessoas jurídicas de direito privado o nome completo do signatário e o número do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica), estando as informações sujeitas à verificação de sua veracidade por parte do Tribunal.

- 11.1.6.1.** As **licitantes** deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados.

11.2. As **licitantes** poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que já constem no SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, devendo manter



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

atualizadas as comprovações nela constantes, a fim de que estejam vigentes na data de abertura da sessão pública, ou poderão encaminhar a respectiva documentação atualizada por meio do sistema, consoante disciplinado nas **condições 11.2.1 a 11.3 abaixo**.

11.2.1 Os documentos de habilitação da **licitante** detentora da melhor oferta **não constantes do SICAF** deverão ser apresentados em formato digital, por meio da opção “enviar anexo” do Sistema, no prazo de **2 (duas) horas, prorrogável por igual período**, contado da solicitação do **Pregoeiro** no sistema eletrônico. A prorrogação do referido prazo poderá ocorrer nas seguintes situações:

- a) por solicitação do **licitante**, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro; ou
- b) de ofício, a critério do **Pregoeiro**, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no Edital.

11.2.2 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência (conforme art. 64 da Lei 14.133/2021), para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

11.2.2.1. A vedação à inclusão de novo documento, prevista na **condição 11.2.2 acima**, não alcança documento que atesta **condição preexistente à abertura da sessão pública do certame**, que não foi encaminhado com os demais comprovantes de habilitação, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo **Pregoeiro**, conforme **Acórdão 1211/2021-Plenário-TCU**.

11.2.3 A qualquer tempo, a Administração poderá solicitar o encaminhamento da documentação original de habilitação.

11.3. Ocorrendo a situação prevista na **condição 11.2.3**, a documentação solicitada deverá ser encaminhada para o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, situado na Primeira Avenida do Centro Administrativo da Bahia, n.º 150, CAB, Salvador/BA, CEP 41.745-901.

11.4. Sob pena de inabilitação, os documentos relativos à habilitação jurídica e à regularidade fiscal deverão estar em nome da **licitante** com o número do CNPJ e o endereço respectivo, conforme segue:

- a) se a **licitante** for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- b) se a **licitante** for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

11.5. No caso das alíneas da **condição 11.4**, serão dispensados da filial aqueles documentos que, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz e vice-versa.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

11.6. Caso a **licitante** pretenda efetuar o fornecimento do objeto desta licitação por intermédio de outro estabelecimento, matriz ou filial, conforme o caso, deverá comprovar também a sua regularidade fiscal e trabalhista, observando-se o disposto na **condição 11.5**.

11.7. Para fins de habilitação, o **Pregoeiro** poderá realizar consulta nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões, constituindo meio legal de prova, conforme § 6º do art. 39 da IN SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

11.8. As regularidades fiscal e trabalhista poderão ser comprovadas pela apresentação de certidão positiva com efeito de negativa.

11.9. Quando se tratar de certidões vencíveis em que a validade não esteja expressa, serão considerados válidos os documentos expedidos nos últimos 90 (noventa) dias que antecederem à data da sessão deste certame.

11.10. O **Pregoeiro** efetuará, ainda, para efeitos de habilitação, consulta ao:

- a) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;
- b) Sistema Integrado de Registro do Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, no seguinte endereço eletrônico:
<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc;>
- c) **SICAF**, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda as disposições previstas no art. 14 da Lei 14.133/2021.

11.10.1. As consultas previstas nesta condição realizar-se-ão em nome da **licitante** e também de eventual matriz ou filial e de seu sócio majoritário.

11.11. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitações de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

11.12. Serão declaradas inabilitadas as **licitantes** cujos documentos não atendam aos requisitos aqui estabelecidos, observando-se os benefícios elencados neste Edital para as ME/EPP.

11.13. Para a habilitação das microempresas e empresas de pequeno porte, é obrigatória a apresentação de toda a documentação elencada na SEÇÃO XI, deste Edital, **inclusive quanto à regularidade fiscal e trabalhista, ainda que haja alguma restrição**.

11.14. Caso haja alguma **restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista**, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação. A prorrogação do referido prazo poderá ser concedida, por igual período, a critério da Administração, **quando requerida pela licitante mediante apresentação de justificativa**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

11.15. O prazo acima indicado terá como termo inicial a data da divulgação do resultado da fase de habilitação, sendo de exclusiva responsabilidade da **licitante** o respectivo acompanhamento.

11.15.1. A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após o prazo de regularização fiscal de que trata a **condição 11.14 acima**, conforme § 4º do art. 4º do Decreto nº 8.538/2015.

11.16. A não regularização da documentação, no prazo previsto na **condição 11.14**, implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na forma do art. 4.º, § 5º, do Decreto nº 8.538/2015.

SECÃO XII – DOS RECURSOS

12.1. Após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, qualquer **licitante** poderá apresentar intenção de recurso, de forma imediata e no prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto à **licitante** declarada vencedora.

12.2. As **razões do recurso** deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio do sistema, no prazo de **3 (três) dias úteis**, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

12.2.1. O prazo para apresentação de contrarrazões será, igualmente, de **3 (três) dias úteis** e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

12.2.2. A apreciação do recurso pelo **Pregoeiro** dar-se-á em fase única.

12.3. Será assegurado às **licitantes** vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses, conforme §5º do art. 165 da Lei 14.133/2021.

12.4. O **Pregoeiro** receberá, examinará e instruirá os recursos interpostos de suas decisões, podendo, na oportunidade, reconsiderá-las.

12.5. Mantida a decisão pelo **Pregoeiro**, o recurso será apreciado pela autoridade competente.

12.6. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

SECÃO XIII – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

13.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, para fins do disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.1. Constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Diretoria Geral do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia poderá adjudicar o objeto e homologar o procedimento licitatório, determinando a consequente contratação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

SEÇÃO XIV – DO CONTRATO

14.1. Será firmado contrato com a **licitante vencedora**, nos termos da minuta constante do Anexo **IV**, com cláusulas regidas pela Lei nº 14.133/2021, integrando-o, ainda, os dados constantes da proposta vencedora, bem como as condições estatuídas neste ato convocatório.

14.2. O prazo de vigência da contratação está previsto no instrumento contratual e no Termo de Referência.

14.3. É condição para a celebração do contrato a manutenção de todas as condições exigidas na habilitação.

14.4. A Adjudicatária deverá assinar o contrato dentro do prazo de **05 dias úteis**, contados da respectiva convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

14.4.1 O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado **pela licitante vencedora** durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração do Tribunal.

14.5. Será facultado à Administração, quando a **licitante** não assinar o termo de contrato, no prazo previsto na **condição 14.4**, convocar remanescentes, na ordem de classificação, para aceitar a contratação **nas condições propostas pela licitante vencedora**, nos termos do disposto no § 2º do art. 90 da Lei 14.133/2021.

14.5.1. Na hipótese de nenhuma das licitantes aceitar a contratação nos termos da **condição 14.5 acima**, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, **mesmo que acima do preço da adjudicatária**;

b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14.6. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e a sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, conforme disposto no § 5º do art. 90 da Lei 14.133/2021.

14.6.1. A regra da condição **14.6 acima** não se aplicará às licitantes remanescentes convocadas na forma da **alínea “a” da condição 14.5.1**.

14.7. O contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art.124 da Lei 14.133/2021, com a apresentação das devidas justificativas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

14.8. A existência de registro no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin) constitui fator impeditivo para a contratação, conforme art. 6º-A da Lei nº 10.522/2002 (incluído pela Lei nº 14.973/2024).

SUBSEÇÃO I – DA GARANTIA

14.9. A Contratada deverá apresentar garantia, na forma e prazos previstos nos itens do Tópico 7 do Termo de Referência, Anexo I, deste Edital.

SEÇÃO XV – DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

15.1. O serviço contratado será executado na forma estabelecida no Termo de Referência, Anexo I, deste Edital.

SEÇÃO XVI – DAS SANÇÕES PELA PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS NA LICITAÇÃO E PELO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

16.1. De acordo com o § 4º do artigo 156 da Lei nº 14.133/21, ficará **IMPEDIDA DE LICITAR E CONTRATAR** com a União, **PELO PRAZO MÁXIMO DE 3 (TRÊS) ANOS**, sem prejuízo de eventual multa prevista no edital, contrato ou termo de referência, a **licitante** ou **contratada** que incorrer nas condutas a seguir relacionadas, desde que não se justifique a imposição de penalidade mais grave prevista na **condição 16.2 deste Edital**, garantidos o contraditório e ampla defesa:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- e) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- f) dar causa à inexecução total do contrato.

16.2. De acordo com o § 5º do artigo 156 da Lei nº 14.133/21, será **DECLARADA INIDÔNEA PARA LICITAR E CONTRATAR** com todos os órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, **PELO PRAZO MÍNIMO DE 3 (TRÊS) ANOS E MÁXIMO DE 6 (SEIS) ANOS**, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, bem como de eventual sanção de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

multa prevista no edital, contrato, termo de referência, a **licitante** ou **contratada** que incorrer nas condutas a seguir relacionadas, garantidos o contraditório e ampla defesa:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2.1. Para os fins da **alínea “c”**, reputar-se-á como comportamento inidôneo ou cometimento de fraude de qualquer natureza, a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como a fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, indução deliberada a erro no julgamento, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original.

16.3. De acordo com o § 2º do artigo 156 da Lei nº 14.133/21, será aplicada a sanção de **ADVERTÊNCIA** exclusivamente aos casos de inexecução parcial, desde que não tenha causado grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

16.4. Pelo inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas, a **licitante vencedora** estará sujeita à multa prevista no Termo de Referência, Anexo I deste Edital, penalidade que poderá ser imputada cumulativamente às sanções estabelecidas nas condições 16.1, 16.2 e 16.3 deste Edital.

16.5. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas, ressalvada a hipótese de convocação de licitante remanescente na forma do inciso I do § 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

16.6. Qualquer penalidade somente poderá ser aplicada mediante processo administrativo, no qual se assegurem a prévia defesa e o contraditório, consoante rito estabelecido nos artigos. 156 a 163 da Lei 14.133/2021, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 9.784/99 e a Portaria nº 112/2023, da Presidência do TRE-BA.

16.7. A Contratante poderá reter dos pagamentos devidos à Contratada, como medida cautelar, independentemente de sua manifestação prévia, valor relativo a eventual multa a ser aplicada em razão de inadimplemento contratual, com base no artigo 45 da Lei nº 9.784/99 e no artigo 26, inciso I, da Portaria nº 112/2023, da Presidência do TRE/BA.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

16.8. O valor da multa aplicada será descontado dos pagamentos eventualmente devidos à Contratada ou da garantia prestada, quando houver, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.

16.9. Aplicada a penalidade de multa, após regular processo administrativo, e observado o disposto nas condições 16.7 e 16.8, será a **licitante** ou contratada, se for o caso, intimada para efetuar o recolhimento do seu valor, por meio de Guia de Recolhimento da União– GRU, no prazo de 30 dias, contados do recebimento da intimação.

16.10. As situações mencionadas nos incisos I a IV e IX do art. 137 da Lei 14.133/2021, podem ensejar, a critério da Administração, a extinção do contrato.

16.11. Os recursos contra a aplicação de sanções em decorrência de inadimplemento contratual serão dirigidos à Presidência do TRE-BA, sendo interpostos na forma e nos prazos estabelecidos nos arts. 166 e 167 da Lei 14.133/2021.

SECÃO XVII – DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado na forma e prazo estabelecidos no Termo de Referência, Anexo I, deste Edital.

17.2. A Contratada indicará na nota fiscal/fatura o nome do Banco e os números da agência e da conta corrente para efetivação do pagamento.

17.3. Observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, a Contratante poderá deduzir os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações, devidos pela Contratada, do montante a ser-lhe pago.

17.4. Por ocasião do pagamento, deverá ser verificada a regularidade da Contratada perante a Fazenda Nacional (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF), a Justiça Trabalhista (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT) e a Fazenda Municipal (Certidão de Quitação de Tributos Municipais ou Certidão que comprove a regularidade com o ISS, emitida pelo órgão competente).

17.5. No caso de atraso de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela Contratante encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

17.6. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

SEÇÃO XVIII – DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

18.1. Até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos sobre os termos do edital de licitação, ou apresentar impugnação, por suposta irregularidade na aplicação da lei.

18.1.1. O pedido de esclarecimento e a impugnação poderão ser enviados diretamente ao Pregoeiro, via e-mail lroliveira@tre-ba.jus.br, ou por meio do Protocolo Digital (conforme orientações disponíveis em: <https://www.tre-ba.jus.br/institucional/portal-do-sei/portal-do-sei>), ou ainda, protocolados de forma presencial no Tribunal, de segunda a sexta-feira, das 08h às 13h.

18.2. Eventuais consultas poderão ser realizadas por intermédio do telefone (71) 3373-7084, de segunda a sexta-feira, das 08h às 14h.

18.3. Caberá ao Pregoeiro manifestar-se acerca dos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnações no prazo de até 03 (três) dias úteis, a contar da data em que recebê-los, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame, observando o seguinte:

- a) o Pregoeiro poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos;
- b) manifestando-se sobre a impugnação, o Pregoeiro deverá encaminhá-la, em seguida, à Diretoria Geral do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia para proferir decisão;
- c) a impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo Pregoeiro nos autos do processo de licitação;
- d) acolhida a impugnação contra o edital de licitação, será definida e publicada nova data para realização do certame.

18.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas em sítio eletrônico oficial do órgão licitante e no sistema, dentro do prazo estabelecido na **condição 18.3** acima, e vincularão os participantes e a Administração.

SEÇÃO XIX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. A presente licitação poderá ser anulada, no todo ou em parte, a qualquer tempo, de ofício ou por provocação de terceiros, se verificada ilegalidade insanável no procedimento; ou revogada por motivos de conveniência ou oportunidade decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, mediante decisão fundamentada, assegurada prévia manifestação dos interessados.

19.1.1. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

19.1.2. Constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, com avaliação dos aspectos elencados no art. 147 da Lei 14.133/2021.

19.2. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereços eletrônicos www.gov.br/compras e <https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas>.

19.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília - DF, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

19.4. Nenhuma indenização será devida às empresas licitantes pela elaboração de proposta ou apresentação de documentos relativos a esta licitação.

19.5. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.

19.6. O Pregoeiro ou autoridade superior poderão promover diligências destinadas a elucidar ou complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação.

19.6.1. O **Pregoeiro** poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação, em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, de acordo com o art. 43 da IN nº 73/2022.

19.6.2. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, essa somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

19.7. O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto contratado que apresentar vícios ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados ou do seu uso correto, que o tornem impróprio ou inadequado para o consumo a que se destina ou lhe diminuam o valor.

19.8. O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

19.9. Os ajustes celebrados pelo Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (contratos, atas de registro de preços, convênios etc.) deverão ser assinados preferencialmente no Sistema Eletrônico de Informações – SEI com uso de login e senha, sendo permitida, ainda, a assinatura por meio de certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, observados os padrões definidos pela referida infraestrutura, consoante prescreve a Instrução Normativa TRE-BA nº 10/2022.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

19.10. Ao participar de processo licitatório o titular dos dados manifesta, automaticamente, seu **inequívoco consentimento** para tratamento dos dados pessoais pela Administração, conforme autorização legal prevista no art. 7º, incisos I, II e V da **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei 13.709/18**.

19.10.1. Os documentos habilitatórios, exigidos neste Edital, ficarão acessíveis e disponíveis ao público, com todos os dados pessoais neles constantes, por força do cumprimento do dever de publicidade previsto no art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Salvador, 07 de maio de 2025

Lúcio Roberto de Oliveira
Pregoeiro



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90005/2025

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para execução de serviços continuados de desratização, descupinização e desinsetização das dependências dos prédios onde funcionam unidades da Justiça Eleitoral no **interior do Estado da Bahia**, conforme detalhamento estabelecido neste documento, com adjudicação por lote e prazo de vigência do contrato de 24 meses, a contar da data de sua assinatura, com possibilidade de prorrogação a critério da Contratante.

1.2. Será adotado como critério de julgamento o de menor preço por lote.

2. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. O código CATSER é o 00000341-7

2.2. O serviço de controle de pragas (desratização, descupinização e desinsetização) será executado em todos os imóveis em que funcionam unidades administrativas ou arquivos da Justiça Eleitoral em municípios localizados no interior do Estado da Bahia em lotes, conforme **ANEXO A** deste Termo de Referência.

2.3. A empresa contratada, para fins de execução dos serviços, deverá observar as normas dispostas na legislação vigente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), incluindo as disposições constantes na Resolução da RDC nº 622/2022.

3. HABILITAÇÃO

3.1. VISTORIA PRÉVIA FACULTATIVA

3.1.1. A vistoria prévia é facultativa, não se consubstanciando em condição para a contratação. Contudo, ficam os interessados cientes de que, após a apresentação das propostas, não serão admitidas, em nenhuma hipótese, alegações posteriores de desconhecimento do objeto a ser contratado, bem como de dificuldades técnicas não identificadas ou previstas.

3.1.2. Caso o fornecedor opte pela realização da vistoria, deverá manter contato com a Seção de Apoio Administrativo ao Interior (SEADIN), através do telefone (71) 3373-7028 ou e-mail seadin@tre-ba.jus.br, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data da licitação, visando ao respectivo agendamento.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

3.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

3.2.1. Deverá ser apresentado: licença sanitária emitida pela autoridade competente estadual e/ou municipal, mediante a apresentação do respectivo alvará, ou documento comprobatório de isenção de tal obrigação, se for o caso; licença ambiental emitida pelo órgão ambiental competente ou documento comprobatório de isenção de tal obrigação, se for o caso.

3.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

3.3.1. Deverá ser apresentada:

- a) Comprovação de que a Licitante está registrada no conselho profissional competente para fiscalizar a atividade profissional do seu responsável técnico;
- b) Comprovação de que possui, em seu quadro permanente de pessoal, na data da apresentação da proposta e durante a execução do contrato, profissional de nível superior ou médio profissionalizante, devidamente habilitado para exercer as atividades objeto desta contratação, com registro válido no Conselho Profissional competente, além da comprovação oficial da competência para exercer tal função, emitida pelo seu conselho profissional;
- c) A comprovação de vínculo profissional com a empresa licitante poderá ser demonstrada, entre outros meios, através de carteira de trabalho, de contrato de prestação de serviços ou do contrato social, ou pela certidão de registro da licitante na entidade profissional em que conste o nome do profissional como seu responsável técnico ou, ainda, de declaração da contratação futura do profissional, acompanhada da declaração de sua anuência;
- d) Comprovação de que o profissional citado na alínea “b” é o Responsável Técnico da Licitante;
- e) Comprovação de que o Responsável Técnico da empresa já executou serviço de desratização, descupinização e desinsetização;
- f) Comprovação por meio de Atestado de Capacidade Técnico-Operacional de que a Licitante executou com êxito serviços de desratização, descupinização e desinsetização, emitido por órgão da Administração Pública em geral ou Empresa Privada, em nome da Licitante, devendo constar do atestado emitido pelas pessoas jurídicas de direito privado o nome completo do signatário e o número do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica), estando as informações sujeitas à verificação de sua veracidade por parte do Tribunal.

4. JUSTIFICATIVA

4.1. A ausência de procedimentos regulares de controle de infestação por insetos e roedores torna os edifícios públicos vulneráveis à manifestação de vetores e pragas diversas (aranhas, baratas, barbeiros, caracóis, cupins, escorpiões, formigas, gafanhotos, lesmas, lagartas, moscas, mosquitos, percevejos, pombos, morcegos, ratos, ratazanas, camundongos, traças, etc...), responsáveis por danos materiais e patrimoniais consideráveis, além de serem agentes



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

de transmissão de patologias como leptospirose, tifo, Chagas e peste bubônica. Notadamente, no que diz respeito a cupins, reproduzem-se de maneira muito veloz, têm alta capacidade de dispersão, infestam de forma generalizada e não restringem sua ação à madeira e derivados, podendo atacar tecidos, borracha, couro, plástico, gesso, tijolos, danificar fundações e estruturas e até mesmo cabos elétricos e de dados, o que poderia causar prejuízos irreparáveis ao sistema elétrico e ao banco de dados desta Justiça Especializada.

4.2. Diante do exposto, entendemos que o combate a pragas diversas em áreas internas e externas dos prédios da Justiça Eleitoral é imprescindível para o funcionamento adequado dos setores instalados nesses edifícios, garantindo maior proteção a magistrados, servidores, colaboradores e ao público em geral, mantendo os diversos ambientes de trabalho em bom estado de salubridade, contribuindo para a preservação do patrimônio público.

4.3. A justificativa para a contratação está alinhada ao seguinte objetivo estratégico: Prestar serviço de qualidade ao público, melhoria e adequação das condições de segurança do trabalho no TRE-BA.

4.4. A relação entre os serviços a serem contratados, previstos neste Termo de Referência, e a demanda a ser suprida, restou demonstrada no Estudo Técnico Preliminar.

5. FORMA E PRAZOS DE EXECUÇÃO

5.1. No prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento, pela Contratada, de cópia do referido instrumento, a Fiscalização do Contrato emitirá Ordem de Serviço (OS) à Contratada com vistas à programação da execução dos serviços.

5.2. Os serviços deverão ser realizados em 4 (quatro) etapas.

5.2.1 Primeira Etapa - Em até 5 (cinco) dias, contados do recebimento da Ordem de Serviço, a Contratada deverá agendar junto à Fiscalização do Contrato a realização da primeira etapa em cada localidade, não podendo a data definida ultrapassar 30 (trinta) dias após o recebimento da Ordem de Serviço.

5.2.2. Segunda Etapa - Transcorridos 6 (seis) meses após a data de conclusão da primeira etapa, a Contratada deverá executar os novos serviços, consistentes na repetição integral de todas as técnicas, tratamentos e aplicações realizados na primeira etapa, observado o exato cumprimento dos mesmos procedimentos e prazos para ela definidos.

5.2.2.1 A conclusão de cada etapa e respectiva comunicação à Contratada pela Contratante coincidirá com a data de recebimento provisório dos serviços, previsto na alínea “a” do subitem 5.1 deste Termo de Referência.

5.2.2.2 A Fiscalização do Contrato, com base no controle da referida data, e em face da proximidade da data de escoamento do prazo de 6 (seis) meses, agendará com a Contratada a programação da execução da segunda etapa dos serviços.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

5.2.3. Terceira e Quarta Etapas - As demais etapas (terceira e quarta) deverão ocorrer 06 (seis) meses após a conclusão de cada uma das etapas anteriores, devendo ser observado o mesmo planejamento e os mesmos prazos estabelecidos para a primeira e segunda etapas dos serviços, conforme descrito neste Termo de Referência.

5.3. Os agendamentos dos serviços serão realizados diretamente com os servidores das Unidades da Justiça Eleitoral do interior do Estado, através de contato telefônico e, posteriormente, confirmados através de e-mail que deverão ser enviados para às respectivas zonas e à SEADIN (seadin@tre-ba.jus.br);

5.4. Após a conclusão dos agendamentos a Contratada deverá encaminhar a Fiscalização do Contrato cronograma, com as datas e horários, de todos os serviços programados.

5.5 Os serviços deverão ser executados em todos os ambientes (internos e externos) e em dia e horário diversos do expediente normal dos Cartórios e Fóruns Eleitorais, cujos horários de funcionamento são das 8:00 hs às 14:00 hs.

5.6. Nos anos em que houver Eleições, as datas para realização das etapas, itens 5.2.1, 5.2.2 e 5.2.3, poderão sofrer adiamentos devido os preparativos para o pleito, notadamente os meses de maio, agosto, setembro e outubro.

5.7. Áreas de Aplicação: em todas as dependências das instalações dos locais indicados no ANEXO A, em focos detectados ao longo das áreas internas e externas das referidas instalações, nas salas de arquivos e depósitos, nos telhados, nas divisórias, em galerias, nas caixas de passagens diversas, em guaritas, forros, caixas de inspeção, caixas de gordura, ralos, grelhas e dutos de esgotos, elétricos, telefônicos, bem como de refrigeração.

5.8. As informações descritivas dos imóveis (município, áreas construída e total, tipo de unidade administrativa e endereço/telefone) onde serão prestados os serviços de desratização, descupinização e desinsetização, constam do ANEXO A deste Termo de Referência.

5.9. Devido a grande extensão geográfica do Estado da Bahia, as unidades da Justiça Eleitoral, que constam no Anexo A deste, foram organizadas em 7 lotes, dipostos de acordo com a proximidade entre os municípios.

5.10 Os serviços de desratização, descupinização e desinsetização devem contemplar a aplicação de inseticidas no combate as pragas urbanas a exemplo de roedores, baratas, moscas, formigas, cupins, traças, moscas e demais insetos. Esses serviços serão executados nas áreas interna e externa dos imóveis relacionados neste Termo de Referência, e demais locais infestados, que pertençam às unidades territoriais envolvidas bem como:

- a) Realizar o tratamento de toda canalização de esgotos e águas pluviais, através da técnica de termonebulização;
- b) Implantar barreira química no entorno das edificações e, se necessário, fazer pulverização na área interna;
- c) Fazer tratamentos específicos à base de pulverização contra baratas, formigas e demais insetos, nas salas internas de todas as áreas construídas, incluindo plenários e gabinetes;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

- d) Utilizar iscas para o controle de roedores;
- e) Fazer tratamentos específicos à base de gel contra baratas e formigas nas copas e refeitórios, onde houver;
- f) Fazer tratamento contra cupins nas áreas externas e internas, incluindo árvores e todos os jardins das edificações descritas neste Termo de Referência, exterminando as castas existentes e monitorar para que novos focos não se instalem nos ambientes já tratados;
- g) Fazer tratamento residual através da técnica de polvilhamento dos seguimentos de conduites de todas as edificações, evitando a entrada de cupins, baratas e formigas, que poderão adotar este caminho para adentrar ao ambiente tratado;
- h) Fazer uso de técnicas modernas, incluindo armadilhas, barreiras mecânicas, praguicidas de baixa toxicidade e rodízio de inseticidas, objetivando a otimização dos resultados esperados;
- i) Notadamente no que se refere aos serviços de desratização, estes deverão ser revisados após 30 (trinta) e 60 (sessenta) dias da aplicação inicial em cada uma das etapas, com reposição de iscas onde se fizer necessário.

5.11. A Contratada deverá realizar vistorias técnicas, inclusive com a realização de novas ações corretivas, quando constatada a ineficiência da aplicação, com emissão de relatórios elaborados pelo seu Responsável Técnico e enviados para a Contratante;

5.12. Os serviços deverão ser executados de forma cuidadosa e apropriados para as áreas envolvidas. As referidas áreas envolvem:

- locais de trabalho de servidores da Justiça Eleitoral;
- ambientes para atendimento de eleitores;
- espaços de armazenamento de documentos;
- móveis e equipamentos de escritório (estantes, mesas, cadeiras, aparelhos de telefone e fax);
- computadores e impressoras;
- urnas eletrônicas;
- materiais e equipamentos diversos de uso da Justiça Eleitoral.

5.13. A execução dos serviços nos locais que abrigam urnas eletrônicas, computadores e impressoras consistirão na aplicação de produtos químicos tanto nas áreas onde estão armazenados os equipamentos, bem como nas caixas para acondicionamento das urnas.

5.14. Os produtos aplicados devem ter poder de eliminação suficiente para erradicar as pragas urbanas de cada local, com verificação “in loco” pela Contratada e Fiscalização do Contrato/Chefe de Cartório. A Contratada deverá rastrear as áreas aplicadas, objetivando a retirada de animais mortos que forem detectados nos locais de realização dos serviços.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

5.15. A eficiência será comprovada com a eliminação das pragas urbanas, objeto desta contratação. Para tanto, o fiscal do contrato emitirá termo pertinente relatando tal fato. Caso ocorra reaparecimento das referidas pragas, dentro do período de garantia dos serviços, a Contratada deverá realizar novas ações corretivas.

6. RECEBIMENTO DO SERVIÇO

6.1. O recebimento ocorrerá em duas etapas:

a) **Recebimento provisório:** após cada uma das etapas dos serviços, a partir da comunicação por escrito da conclusão de cada uma delas pela Contratada, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, ficando, nessas ocasiões, suspensa a fluência do prazo de execução inicialmente fixado.

b) **Recebimento definitivo:** no prazo de 15 (quinze) dias após o recebimento provisório de cada etapa, a Fiscalização do Contrato avaliará as características do serviço que, estando em conformidade com as especificações exigidas, será recebido definitivamente.

6.2. A Contratada garantirá a qualidade do serviço prestado, obrigando-se a reexecutar aqueles que se revelarem impróprios ou inadequados em decorrência de vícios ou defeitos na execução ou nos materiais nela utilizados.

6.3. Em caso de irregularidades apuradas no momento do recebimento, o serviço poderá ser recusado de pronto, mediante termo correspondente, ficando dispensado o recebimento provisório, e fazendo-se disso imediata comunicação escrita ao fornecedor.

6.4. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que a prestação do serviço se deu em desacordo com o que foi pactuado, a fiscalização notificará por escrito a Contratada para que providencie a reexecução do serviço.

6.5. Se apenas parte dos serviços foi executada em desconformidade com o edital e não tendo a Contratada promovido a complementação, o fiscal do contrato glosará a nota fiscal, no valor do serviço não prestado ou recusado, e a encaminhará para pagamento, acompanhada de relatório circunstanciado, informando, ainda, o valor a ser retido cautelarmente, para fazer face à eventual aplicação de multa.

7. GARANTIA

7.1. A Contratada, concluída a execução do serviço, deverá apresentar o Termo de Garantia de Adequação do Serviço, que deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

a) Identificação da Contratada com: razão social, nome fantasia, endereço, telefone, e-mail, números das licenças sanitária e ambiental com seus respectivos prazos de validade e CNPJ;

b) Nome do cliente;

c) Endereço do imóvel;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

- d) Praga(s) alvo;
- e) Data e descrição dos serviços executados;
- f) Prazo de garantia e assistência técnica, escrito por extenso, dos serviços por praga(s) alvo;
- g) Identificação do produto utilizado no serviço, constando o nome do fabricante, nº do registro, princípio ativo, grupo químico, doses e respectivo antídoto;
- h) Orientações pertinentes ao serviço executado;
- i) Nome e assinatura do Responsável Técnico, com o número do seu registro no conselho profissional correspondente; e
- j) Número do telefone do Centro de Informação Toxicológica.

7.2. Independentemente da apresentação de termo expresso, a garantia legal pelos vícios aparentes ou de fácil constatação será de noventa dias do recebimento definitivo do serviço.

7.3. A Contratada deverá oferecer garantia, pelo prazo de 06 (seis) meses, a contar do recebimento definitivo de cada etapa.

7.4. Durante a vigência da garantia, a Contratada obrigará-se a reparar ou reexecutar, sem ônus para o Contratante, o objeto que apresentar vícios ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados que o tornem impróprio ou inadequado, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar do primeiro dia útil seguinte ao do recebimento, pela Contratada, da comunicação de inconformidade.

7.5. O término do atendimento ocorrerá no dia de conclusão do serviço.

7.6. O pedido de reexecução do objeto contratado, durante o período de garantia, deverá ser formalizado por e-mail.

7.7. Não sendo o vício sanado no prazo do subitem 7.4, a Contratada será notificada para que reexecute o objeto contratado, em no máximo 10 dias, a contar do primeiro dia útil seguinte ao do recebimento da notificação, sob pena de serem-lhe aplicadas as sanções previstas neste Termo de Referência.

7.8. A garantia, em todos os casos, engloba a proteção contra vícios, defeitos ou incorreções advindos da execução do serviço.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. São obrigações da Contratada, além daquelas explícita ou implicitamente contidas no presente Termo de Referência e na legislação vigente:

- a) Cumprir e fazer cumprir, por seus empregados e representantes, o Código de Ética do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, Resolução nº 3/2017;
- b) Executar o serviço nas especificações e na quantidade constantes neste instrumento, assim como com as características descritas na proposta;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

- c) Atender às solicitações da Contratante nos prazos estabelecidos neste Termo de Referência;
- d) Indicar, mediante declaração, um representante, para, durante o período de vigência do contrato, representá-la administrativamente sempre que for necessário. Na declaração deverá constar o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional;
- e) Informar, por escrito, no início da prestação dos serviços, relação dos números dos celulares de seu responsável técnico, bem como comunicar eventuais alterações;
- f) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou reexecutar, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- g) Registrar em livro próprio as ocorrências em relação à prestação dos serviços;
- h) Relatar à equipe de gestão do contrato toda e qualquer irregularidade observada em virtude da prestação dos serviços;
- i) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, cujas demandas deverão ser prontamente atendidas;
- j) Substituir, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, sempre que exigido, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes, insatisfatórios à disciplina do Tribunal ou ao interesse no serviço público, ou ainda, incompatíveis com o exercício das funções que lhe foram atribuídas;
- k) Providenciar o transporte e descarte dos entulhos e sobras de materiais oriundos dos serviços executados, observando as regras de sustentabilidade ambiental;
- l) Fornecer todos os Equipamentos de Proteção Individual, necessários e adequados ao desenvolvimento de cada tarefa na prestação dos serviços;
- m) Arcar com todas as despesas decorrentes da prestação dos serviços, especialmente com relação ao material e pessoal responsável;
- n) Apresentar seus funcionários na execução dos serviços devidamente equipados e protegidos com todo apetrecho necessário de segurança, especificamente máscara, bota, luva, roupa, bem assim devidamente identificados através de uso de crachás;
- o) Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais, causados por seus empregados à Administração e/ou terceiros na execução do contrato, especialmente com relação aos documentos arquivados no edifício onde serão executados os serviços;
- p) Fornecer todos os produtos, equipamentos, ferramentas e instrumentos necessários e suficientes à eficiente execução do contrato, comprometendo-se a empregar na execução dos serviços apenas materiais de qualidade superior, ou seja, gel, pó químico, inseticida, iscas, conforme a praga e vetor a ser combatidos, devidamente reconhecidos, atestados e aprovados pelos órgãos de controle sanitários Federal, Estadual e, se for o caso, Municipal, responsabilizando-se pelo manuseio de materiais e equipamentos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

- q) Utilizar na execução dos serviços produtos de baixa toxicidade, liberados pelo Ministério da Saúde e atender as exigências e normas, inclusive de segurança e ambientais, quando instituídas pelas Agências e Órgão Oficiais reguladores e/ou fiscalizadores;
- r) Para os produtos que serão utilizados nos serviços objeto deste Termo de Referência, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 13 de agosto de 2021, só será admitida a utilização de produtos cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938/1981;
- s) Observar a política reversa de inutilização e descarte de embalagens, prevista nos artigos 14 a 18 da Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA Nº 622, de 09 de março de 2022.
- t) Responder pelos encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;
- u) Cumprir os requisitos de proteção de dados pessoais e de segurança da informação previstos neste Termo de Referência e na legislação própria;
- v) Manter, durante a execução do ajuste, todas as condições de habilitação exigidas para a contratação;
- w) Não subcontratar, ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto do contrato;
- x) Não contratar servidor pertencente ao quadro de pessoal do Contratante, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou de ocupante de cargo em comissão, assim como de seus cônjuges, parentes ou afins, até o 3º grau, durante a vigência do contrato;
- y) Prestar garantia de adequação dos serviços (qualidade, segurança, durabilidade e desempenho), em conformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- z) Após o término de cada etapa, a Contratada deverá deixar o local em perfeitas condições de uso (higiene e limpeza), inclusive, recomendando por escrito, as devidas precauções para evitar intoxicação de pessoas caso entrem em contato com o produto aplicado;
- aa) Providenciar para que a aplicação dos produtos químicos não deverá oferecer risco de contaminação para pessoas, alimentos, produtos, meio ambiente, equipamentos, utensílios, etc. Para tanto, a Contratada deverá informar previamente à Administração, por meio da fiscalização, sobre os cuidados que devem ser tomados antes, durante e após a execução dos serviços, inclusive quanto à presença dos servidores ou quaisquer outras pessoas no local da aplicação;
- bb) apresentar relação por escrito, contendo os dados dos funcionários encarregados de executar os serviços, para fins de autorização prévia e para ciência dos Chefes de Cartório;
- cc) responsabilizar-se por qualquer atendimento médico em função de acidente ou mal súbito que venha ocorrer com seus empregados, cabendo-lhe todas as providências e obrigações



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

estabelecidas em legislações específicas de acidente de trabalho, ainda que a ocorrência tenha se dado nas dependências da contratante;

dd) assumir inteira e total responsabilidade técnica pela execução dos serviços contratados e pela qualidade dos materiais empregados.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações do Contratante, além daquelas explícita ou implicitamente contidas no presente termo de referência e na legislação vigente:

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução do ajuste, anotando em registro próprio as ocorrências acaso verificadas, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- b) Prestar esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- c) Efetuar os pagamentos nas condições e nos prazos constantes deste termo de referência e do edital;
- d) Zelar para que, durante a vigência do contrato, a Contratada cumpra as obrigações assumidas, bem como sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;
- e) Solicitar o reparo, a correção, a remoção, a reconstrução ou a reexecução do objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- f) Assegurar o livre acesso às áreas que serão submetidas aos procedimentos dos serviços de desratização, descupinização e desinsetização.

10. VIGÊNCIA DO CONTRATO

10.1. O Contrato vigorará por 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite legal.

11. INADIMPLENTO E PENALIDADES

11.1. A Administração poderá aplicar à Contratada, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, as sanções previstas na Lei e no Contrato, sendo a multa calculada dentro dos seguintes parâmetros:

- a) Atrasar injustificadamente o início da execução dos serviços ou a conclusão destes - 0,5%, sobre o valor da parcela inadimplida, por dia de atraso, até o máximo de 10 dias;
- b) Atrasar, até no máximo 5 dias, o atendimento para a reparação ou a reexecução do objeto que apresentou, dentro do prazo de garantia, vícios ou incorreções decorrentes da execução ou de materiais empregados, ou do seu uso correto, que o tornem impróprio ou inadequado para



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

o consumo a que se destina ou lhe diminuam o valor - 1% sobre o valor da parcela inadimplida, por dia de atraso;

c) Não realizar a reparação ou a reexecução do objeto que apresentou, dentro do prazo de garantia, vícios ou incorreções decorrentes da execução ou de materiais empregados, ou do seu uso correto, que o tornem impróprio ou inadequado para o consumo a que se destina ou lhe diminuam o valor – 5% do valor total do serviço.

d) Inexecução parcial - 10% sobre o valor da parcela inadimplida;

e) Inexecução total – 25% sobre o valor total contratado.

11.2. Ultrapassado o prazo estabelecido na alínea “a”, do subitem 11.1, a Administração poderá não receber o serviço.

11.3. A aplicação da penalidade estabelecida no subitem 11.1, alínea “c”, não afasta a obrigação da devolução do valor pago pelo serviço.

12. MEDIDAS ACAUTELADORAS

12.1. Ocorrendo inadimplemento contratual, a Administração poderá, com base no artigo 45 da Lei nº 9.784/1999 e inciso I, do artigo 26, da Portaria nº 112/2023 da Presidência do TRE/BA, reter de forma cautelar, dos pagamentos devidos à Contratada, valor relativo a eventual multa a ser-lhe aplicada.

12.2. Finalizado o processo administrativo de apuração das faltas contratuais cometidas pela Contratada, tendo a Administração decidido pela penalização, o valor retido será convertido em multa. Não havendo decisão condenatória, o valor será restituído à Contratada, monetariamente corrigido pelo mesmo índice de reajuste dos pagamentos devidos à Contratada.

13. PAGAMENTO

13.1. Observada a ordem cronológica estabelecida no art. 141 da Lei nº 14.133/2021, o pagamento será efetuado sem qualquer acréscimo financeiro, mediante depósito através de ordem bancária, até o 10º dia útil subsequente ao recebimento definitivo do objeto.

13.2. Condiciona-se o pagamento à:

I – Apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa da execução do objeto contratado;

II – Declaração da Fiscalização do Contrato de que a execução se deu conforme pactuado.

13.3. A Contratada indicará na nota fiscal/fatura o nome do Banco e os números da agência e da conta- corrente para efetivação do pagamento.

13.4. A Contratante, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

do montante a pagar à Contratada, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações por esta devidas.

13.5. Por ocasião do pagamento, deverá ser verificada a regularidade da Contratada perante a Fazenda Nacional (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF), a Justiça Trabalhista (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT) e a Fazenda Municipal (Certidão de Quitação de Tributos Municipais ou Certidão que comprove a regularidade com o ISS, emitida pelo órgão competente).

14. MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

14.1. As notificações emitidas pela Administração que implicarem abertura de prazo para cumprimento de obrigações, assim como as intimações dos despachos ou decisões que imponham deveres, restrições de direito ou sanções à Contratada, deverão ser feitas preferencialmente por meio eletrônico, ou ainda pessoalmente, com confirmação inequívoca do recebimento.

14.1.1. Frustradas as tentativas de comunicação pelos meios acima citados, esta deverá ser realizada por correspondência com aviso de recebimento ou por qualquer outro meio idôneo que assegure a certeza da ciência do interessado, ou ainda, em caso de aplicação de sanção, por edital, no Diário Oficial da União – DOU, quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que o fornecedor se encontrar.

14.1.2. A comunicação dos atos processuais será dispensada quando o representante da Contratada revelar conhecimento de seu conteúdo, manifestado expressamente por qualquer meio.

15. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

15.1. Em observância ao disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a Contratada compromete-se juntamente com este Tribunal a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, atuando da seguinte forma:

a) a coleta de dados pessoais indispensáveis à própria execução do objeto, se houver, será realizada mediante prévia e fundamentada aprovação do Contratante, responsabilizando-se a Contratada por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução do objeto especificado neste Termo de Referência, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;

b) encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a Contratada providenciará seu descarte de forma segura.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

15.2. A Contratada, sempre que necessário, dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas neste item, inclusive no tocante à Política de Privacidade do TRE-BA, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata o presente item.

15.3. O eventual acesso, pela Contratada, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio implicará para a mesma e para seus representantes – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso da execução contratual e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final.

15.4. Representante da Contratada manterá contato formal com representante do TRE-BA, no prazo de um dia útil da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

15.5. A critério do Contratante, a Contratada poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

15.6. Sem prejuízo de observância às demais disposições da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a Lei de Acesso à Informação (LAI), as informações produzidas ou custodiadas por este Tribunal devem ser tratadas em função do seu grau de confidencialidade, criticidade e temporalidade, garantindo-se a sua integridade, autenticidade, disponibilidade e a cadeia de custódia dos documentos.

15.7. Serão protegidas quanto à confidencialidade as informações classificadas e as que possuem sigilo, observando-se o disposto na LAI e na LGPD, na Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, na Resolução CNJ nº 396, de 07 de junho de 2021, na Resolução TSE nº 23.644, de 1º de junho de 2021, na Portaria da Presidência do TRE-BA nº 405, de 17 de agosto de 2021 e, subsidiariamente, no Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018, sem prejuízo da observância de outros normativos que regem a matéria.

16. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO DE EMPRESAS NA LICITAÇÃO

16.1. Não será admitida a participação de consórcio na licitação, uma vez que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os serviços de forma independente.

17. SUBCONTRATAÇÃO

17.1. Não será admitida a subcontratação, conforme definido no Estudo Técnico Preliminar.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

ANEXO A DO TERMO DE REFERÊNCIA

**RELAÇÃO DOS LOCAIS ONDE SERÃO PRESTADOS OS SERVIÇOS DE
DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E DESCUPINIZAÇÃO.**

LOTE 01

ITEM	MUNICÍPIO	Área Total e Área Construída (m²)	ENDEREÇO
01	Araci	90.00 e 90.00	CARTÓRIO (Imóvel Locado) – Rua Francisco Xavier, 23 – Centro. CEP: 48.760-000 – Tel: (75) 3199-6123.
02	Cícero Dantas	65.00 e 65.00	CARTÓRIO (Comodato) - Rua Jovelino Pereira dos Santos, S/Nº - Centro – CEP 48410-000. Tel: (75) 3199-8082.
03	Euclides da Cunha	200.00 e 200.00	CARTÓRIO (Imóvel locado) – Rua Professor Pedro Monteiro Campos, n. 68, Centro, Euclides da Cunha - BA, CEP: 48.500-000 – Tel: (75) 3199-6102.
04	Inhambupe	182.00 e 70.00	CARTÓRIO (Imóvel locado) - Avenida Mário Neves da Rocha, 199, Centro. CEP: 48490-000. Tel.: (75) 3199-8044.
05	Jeremoabo	205.77 e 205.77	CARTÓRIO (Imóvel locado) - Rua Dr. José Gonçalves de Sá, 254, Centro. CEP: 48540-000. Tel.: (75) 3142-0051.
06	Monte Santo	145.50 e 145.50	CARTÓRIO (Imóvel locado) - Rua Desembargador Sálvio Martins, s/nº 264 A – Centro - CEP-48.800-000 Tel: (75) 3199-5950.
07	Nova Soure	289.37 e 101.05	CARTÓRIO (Imóvel locado) - Praça 1º de Junho, 328, Centro. CEP: 48460-000. Tel.: (75) 3199-8079.
08	Paulo Afonso	502.50 e 241.86	CARTÓRIO (Imóvel locado) - Rua Marechal Floriano Peixoto, 656, Centro. CEP: 48601-902. Tel.: (75) 3199-6183 (75) 3199-8084.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

09	Ribeira do Pombal	857.00 e 298.00	Fórum Eleitoral - Avenida Evência Brito, s/nº, Centro. CEP: 48400-000. Tel.: (75) 3199-8110.
10	Serrinha	179.00 e 179.00	CARTÓRIO (Imóvel locado) - Rua Pedro Thiago, 327, Ginásio. CEP: 48700-000. Tel.: (75) 3199-8150.
11	Tucano	876.11 e 204.89	Fórum Eleitoral - Avenida Francisco Araujo de Souza, 397, Centro. CEP: 48790-000. Tel.: (75) 3199-6680.

LOTE 02

ITEM	MUNICÍPIO	Área Total e Área Construída (m²)	ENDEREÇO
12	Baianópolis	163.60 e 163.60	CARTÓRIO (Imóvel em Comodato) – situado na Praça Juarez de Souza, 164 – Centro. CEP: 17830-000. Tel.: (77) 3142-0126 e (77) 3622-2139
13	Barreiras	2148.00 e 510.45	Fórum Eleitoral – Rua Padre Alfredo Hasler, s/nº, Morada da Lua. CEP: 47806-245. Tel.: (77) 3142-0170 e (77) 2018-1775.
14	Brumado	975 e 360	Fórum Eleitoral _ Av. João Paulo I, nº 939_Bairro Campo de Aviação . CEP 46117-000. Tel.: (77) 3142-0290 e (77) 99906-7815.
15	Bom Jesus da Lapa	600.00 e 222.33	CARTÓRIO (Imóvel locado) – Rua Geraldo Lisboa, 521 – São João. CEP: 47600-000. Tel.: (77) 3142-0171.
16	Caculé	190.75 e 180.00	CARTÓRIO (Imóvel locado) – Av. Engenheiro Artur Castilho, 183 - Centro. CEP: 46300-000. Tel.: (77) 3142-0193.
17	Guanambi	3757.20 e 1105.00	Fórum Eleitoral - Avenida Presidente Castelo Branco, S/N – Aeroporto Velho – CEP: 46430-000. Tel.: (77) 3142-0164.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

ITEM	MUNICÍPIO	Área Total e Área Construída (m²)	ENDEREÇO
18	Ibotirama	374.97 e 135.79	CARTÓRIO (Imóvel locado) – Rua Lafaiete Coutinho, nº 324 - Centro . CEP: 47520-000. Tel.: (77) 3142-0173.
19	Igaporã	103.69 e 91.14	CARTÓRIO (Imóvel locado) Praça Bernardo de Brito, nº 166, Centro, CEP: 46490-000. Tel.: (77) 3142-0168.
20	Ituaçu	1460.00 e 158.40	CARTÓRIO (Imóvel em Comodato) Avenida José Carlos Brito, s/n - Centro CEP - 46640-000 Tel: (77) 2018-1658.
21	Jacaraci	104.00 e 64.00	CARTÓRIO (Imóvel locado) - Pça Municipal, nº 68- – Centro. CEP: 46310- 000 . Tel. (77) 3142-0192.
22	Lençóis	120.00 e 216.00	CARTÓRIO (Imóvel locado) – Rod BA 144, nº 113, Tomba Surrão, Lençóis/BA CEP: 46960-000 Tel: (75) 3199-8089.
23	Livramento de Nossa Senhora	300.00 e 300.00	CARTÓRIO (imóvel locado) _ Rua José Maria Tanajura, 241 _Centro. CEP: 46140-000. Tel.: (77) 2018-1601 e (77) 3444-2311
24	Luís Eduardo Magalhães	196.50 e 137,48	CARTÓRIO (Imóvel locado) – Rua Piauí, 590, QD 61 Lote 21, Mimoso do Oeste CEP.: 47850-000. Tel.: (77)2018-1905.
25	Paramirim	300.00 e 110.60	CARTÓRIO (Imóvel locado) - Rua Dr. Divaldo Franco, 137, Térreo - Centro. CEP: 46190- 000. Tel.: (77) 2018-0811.
26	Riacho de Santana	210.00 e 210.00	CARTÓRIO (Imóvel locado) - Praça Lauro de Freitas, 237, Centro. CEP: 46470-000. Tel.: (77) 3142-0313.
27	São Desidério	156.70 e 156.70	CARTÓRIO (Imóvel em Comodato) - Rua das Palmerias, nº 408 - Centro CEP - 47820-000 Tel: (77) 2018-1600.
28	Seabra	960.00 e 320.40	Fórum Eleitoral - Rua 22 de Abril, 481, Santa Luzia. CEP: 46900-000. Tel.: (75)3199-6088.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

LOTE 03

ITEM	MUNICÍPIO	Área Total e Área Construída (m²)	ENDEREÇO
29	Barra do Choça	215.34 e 186.69	CARTÓRIO (Imóvel Locado) – Avenida Getúlio Vargas, 85 – Centro. CEP: 45120-000. Tel: (77) 3142-0139 e (77) 99841-0068
30	Condeúba	18.18 e 18.18	CARTÓRIO (Imóvel em Comodato) Praça Nossa Senhora Aparecida, 196, Paulo VI CEP: 46200-000 Tel.: (77) 3142-0160.
31	Condeúba	60.00 e 60.00	CARTÓRIO (Imóvel locado_Arquivo) Rua Dr. Mello, 33, apt 101, Centro. CEP: 46200-000. Tel: (77) 3142-0160.
32	Encruzilhada	151.60 e 83.84	CARTÓRIO (Imóvel em Comodato) - Rua Paulino Primo conjugada com a Rua São José, nº 09 - CEP 45.150-000 - Tel; (77) 3142-0152.
33	Jequié	2.000.00 e 743.45	Fórum Eleitoral – Rua Gidelito Ferraz, 3-B, Jequiezinho. CEP: 45206-080. Tel.: (73) 3142-0022 e (73) 3142-0023.
34	Itambé	263.12 e 142.63	CARTÓRIO (Imóvel locado) – Avenida Presidente Vargas, nº 175, Centro, CEP: 45140-000 Tel. (77) 2018-1901.
35	Maracás	155.00 e 155.00	CARTÓRIO (Imóvel locado) – Rua Barão do Rio Branco, 91, - Galeria Tupi – Loja 08, Centro – CEP: 45360-000. Tel.: (73) 3142-0037.
36	Poções	257.65 e 173,00	CARTÓRIO (Imóvel locado) - Praça Eurípedes Rocha Lima, 281, Centro. CEP: 45260-000. Tel.: (77) 3142-0037.
37	Vitória da Conquista	2832.40 e 1025.75	Fórum Eleitoral - Avenida Olívia Flores, s/nº, Candeias. CEP: 45055-090. Tel.: (77) 3142-0339, (77) 3142-0340 e (77) 3142-0141..



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

LOTE 04

ITEM	MUNICÍPIO	Área Total e Área Construída (m²)	ENDEREÇO
38	Barra	146.00 e 146.00	CARTÓRIO (Imóvel locado) - Rua Cardoso Oliveira – nº 39, Centro. CEP: 47100-000. Tel.: (74) 2018-0977.
39	Canarana	234.24 e 234.24	CARTÓRIO (Imóvel locado) - Rua Durval Cardoso Pimenta, nº 158, Centro CEP – 48.970-000 – Tel: (74) 3656-214.
40	Central	100.00 e 100.00	CARTÓRIO (Imóvel locado) – Cândido Pereira de Brito, nº 09 – Centro. CEP-44.940-000 – Tel: (74) 2018-0959.
41	Ipirá	1000.00 e 292.58	Fórum Eleitoral – Rodovia BA 052 km 86 – Centro Administrativo - CEP: 44600-000. Tel.: (75) 3199-6062.
42	Irecê	874,94 e 430,26	Fórum Eleitoral (Imóvel próprio) - Rua Fortaleza, nº 500 – Novo Horizonte. CEP: 44900-000. Tel: (74) 3641-3775.
43	Mairi	23.51 e 23.51	CARTÓRIO (Imóvel em Comodato) - Rua Castorina de Oliveira Nunes, s/nº, Lapinha CEP: 44630-000. Tel: (74) 2018-0996.
44	Morro do Chapéu	317.00 e 117.64	CARTÓRIO (Imóvel locado) - Rua Walnier Bagano, 37-A, Centro . CEP: 44850-000. Tel.: (74) 2018-0955.
45	Mundo Novo	169.00 e 136.84	CARTÓRIO (Imóvel locado) - Pça Jairo Moreira de Almeida, 318 – Centro CEP: 44.800-00 Tel: (74) 2018-0954.
46	Ruy Barbosa	175.16 e 175.16	CARTÓRIO (Imóvel locado) Rua Corinto Silva, nº 82 - Centro CEP - 46800-000 Tel: (75) 3199-6087.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

LOTE 05

ITEM	MUNICÍPIO	Área Total e Área Construída (m²)	ENDEREÇO
47	Buerarema	250.00 e 250.00	CARTÓRIO (Imóvel locado) - Avenida Antônio Góes Calmon, 472, Centro. CEP: 45615-000. Tel.: (73) 3191-3166.
48	Camacan	105.00 e 105.00	CARTÓRIO (Imóvel locado) – Av. Dr. João Vargens, nº 548, Centro CEP – 45880-000 – Tel: (73) 3199-8133.
49	Camamu	203.24 e 203.24	CARTÓRIO (Imóvel locado) – Rua Doutor Alfredo Martins, 86 - Centro CEP: 45445-000. Tel.: (73) 3142-0078.
50	Eunápolis	1350.00 e 314.00	Fórum Eleitoral – Rua Adolpho Xavier Gomes , s/n, Dinah Borges - CEP: 45820-970. Tel: (73) 3191-3188.
51	Gandu	298.41 e 298.41	CARTÓRIO (Imóvel locado) - Rua Manoel Libânio da Silva, 66, Centro. CEP: 45450-000. Tel.: (73) 3191-3151.
52	Ibicaraí	30.00 e 30.00	CARTÓRIO - Fórum Eleitoral - Rua Castro Alves, s/n, Centro. CEP. 45755-000 Tel: (73) 3142-0029.
53	Ilhéus	2025.63 e 783,90	Fórum Eleitoral - Avenida Governador Roberto Santos, s/nº, Esperança. CEP: 45658-630. Tel.: (73) 3142-0025 e (73) 3142-0026.
54	Ipiaú	89.05 e 89.05	CARTÓRIO (Imóvel locado) - Rua Senhor do Bonfim, 67, Centro. CEP: 45.570-000. Tel.: (73) 3142-0024.
55	Itabuna	670.82 e 670.82	CARTÓRIO (Imóvel locado) – Rua Rio Almada, 100, Góes Calmon - CEP: 45605-375. Tel.: (73) 3142-0027 e (73) 3142-0028.
56	Itagibá	143.00 e 143.00	CARTÓRIO (Imóvel locado) – Rua Porto Seguro , 72, Centro. CEP: 45585-000. Tel.: (73) 3191-3147.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

ITEM	MUNICÍPIO	Área Total e Área Construída (m²)	ENDEREÇO
57	Itajuípe	133.95 e 130.00	CARTÓRIO (Imóvel locado) – Rua Jorge Hage, 118, Centro. CEP: 45630-000. Tel: (73) 3191-3136.
58	Itamaraju	1807.50 e 1807.50	CARTÓRIO (Imóvel comodato)- Av Getúlio Vargas, s/n CEP: 45836-000. Tel: (73) 3191-3172 e (73) 99923-2869
59	Itaparica	1380.77 e 191.77	Fórum Eleitoral - Avenida Dr. Antônio Calmon, s/nº, Centro. CEP: 44460-000. Tel.: (71) 3180-2141.
60	Itarantim	127.00 e 117.00	CARTÓRIO (Imóvel locado) - Praça Luiz Viana Filho, 269 – Centro, CEP: 40000-000. Tel: (73) 3191-3138.
61	Ituberá	522.00 e 522.00	CARTÓRIO (Imóvel locado) – Rua Renato Braga, 97, Centro. CEP: 45435-000. Tel.: (73) 3142-0032.
62	Medeiros Neto	93.20 e 93.20	CARTÓRIO (Imóvel locado) - Rua do Gama, 12, Planalto 1. CEP: 45.960-000. Tel.: (73) 3191-3153.
63	Nazaré	220.00 e 220.00	CARTÓRIO (Imóvel locado) – Rua Padre Antunes, 11 – Centro, CEP. 44400- 000, tel. (75) 3142-0830.
64	Porto Seguro	909.80 e 204.89	Fórum - Rua da Jaqueira, Quadra H, 5Y, Tabapiri. CEP: 45810-000. Tel.: (73) 3191-3121 e (73) 3191-3122.
65	Prado	100.00 e 76.80	CARTÓRIO (Imóvel locado) – Rua Getúlio Vargas, nº 60 - Centro. CEP: 45980-000. Tel.: (73) 3191-3112 e (73) 99956-1893.
66	Teixeira de Freitas	600.00 e 170.00	CARTÓRIO (Imóvel locado) Avenida Uirapuru, nº 1916 – Monte Castelo. CEP: 45995-000. Tel: (73) 3291-4204.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

ITEM	MUNICÍPIO	Área Total e Área Construída (m²)	ENDEREÇO
67	Ubatã	180.00 e 90.00	CARTÓRIO (Imóvel locado) – Rua Henrique Ferreira Borges, 134, Térreo – Lomanto Júnior - CEP: 45550-000. Tel.: (73) 3191-3134.
68	Valença	1000.00 e 317.85	Fórum Eleitoral – Rua Guido Araújo Magalhães, s/n – Novo Horizonte, CEP. 45400-000, Tel: (75) 3199-6031.
69	Wenceslau Guimarães	189.28 e 128.38	CARTÓRIO (Imóvel locado) – Praça Nair Lopes Jenkins, 106 – Rua Rio das Almas 90 H, Centro, CEP: 45.460-000 – Tel: (73) – 3742-0197.

LOTE 06

ITEM	MUNICÍPIO	Área Total e Área Construída (m²)	ENDEREÇO
70	Capim Grosso	126.00 e 126.00	CARTÓRIO (Imóvel locado) - Rua Deputado Rocha Pires, nº 250 - Oliveira CEP - 44820-021
71	Conceição do Coité	300.00 e 456.30	CARTÓRIO (Imóvel locado) - Rua Padre Madureira, 182 - Madureira. CEP: 48730-000. Tel.: (75) 3199-8132.
72	Itiúba	32.00 e 32.00	CARTÓRIO (Imóvel em comodato) - Rua XV de novembro, s/n – CEP 48850-000 – Tel: (74) 2018-0949.
73	Jacobina	2130.00 e 604.10	Fórum Eleitoral - Avenida João Fraga Brandão, s/nº, Centro. CEP: 44700-000. Tel.: (74) 2018-0846 e (74) 3621-3665.
74	Juazeiro	1616.43 e 773.45	Fórum Eleitoral - Rua dos Bandeirantes, s/nº, João XXIII. CEP: 48900-000. Tel.: (74) 2018-0847 e (74) 3611-5219.
75	Miguel Calmon	96.75 e 96.75	CARTÓRIO (Imóvel locado) - Avenida José Otávio Sena, 210, Centro, CEP: 44720-000. Tel.: (74) 2018-0803.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

ITEM	MUNICÍPIO	Área Total e Área Construída (m²)	ENDEREÇO
76	Queimadas	526.00 e 455.83	CARTÓRIO (Imóvel locado) - Rua Dr. Élzio Ferreira de Souza, 113 - Centro - CEP - 48.860-000. Tel: (75) 3199-8016.
77	Remanso	192.00 e 164.71	CARTÓRIO (Imóvel em comodato) - Rua Rui Ribeiro, 109, Quadra 06, Centro. CEP: 47200-000. Tel.: (74) 2018-0967.
78	Retirolândia	308.00 e 108.00	CARTÓRIO (Imóvel locado) – Rua Joana Angélica, 113, Centro - CEP: 40.000.00 (75) 3199-8196.
79	Riachão do Jacuípe	300.00 e 145.80	CARTÓRIO (Imóvel locado) - Rua Antônio Quintino da Silva nº 48, Tanque da Nação - CEP: 44640-000. Tel.: (75) 3199-8114.
80	Saúde	255.00 e 255.00	CARTÓRIO (Imóvel locado) - Travessa 02 de julho, nº 93- CEP: 44740-000. Tel.: (74) 2018-0815.
81	Senhor do Bonfim	136.30 e 136.30	Arquivo (imóvel locado) – Av. Antônio Laurindo, 220 – Centro - CEP. 48970-000 Tel.: (74) 2018-0845.
82	Valente	185.78 e 185.78	CARTÓRIO (Imóvel locado) Pça Manuel Novaes, nº 84 - Centro CEP - 48890-000 Tel: 3199-8120.

LOTE 07

ITEM	MUNICÍPIO	Área Total e Área Construída (m²)	ENDEREÇO
83	Alagoinhas	350.00 e 264.00	Fórum Eleitoral - Avenida Ayrton Senna da Silva, s/nº, Alagoinhas Velha. CEP: 48030-640. Tel.:(75) 3199-8163.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

ITEM	MUNICÍPIO	Área Total e Área Construída (m²)	ENDEREÇO
84	Amargosa	337.00 e 235.82	CARTÓRIO (Imóvel locado) - Praça da Bandeira (Bosque), 417, Centro. CEP: 45300-000. Tel.: (75) 3199-8036.
85	Camaçari	1865.00 e 937.68	Fórum Eleitoral – Avenida do Contorno, s/nº, Centro Administrativo de Camaçari. CEP: 42800-000. Tel.: (71) 2180-0670 e (75) 2180-0671.
86	Castro Alves	63.70 e 63.70	CARTÓRIO (Imóvel locado) - Travessa Benjamin Constant, s/n Centro. CEP: 44500-000. Tel.: (75) 3199-8043.
87	Catu	166.40 e 85.05	CARTÓRIO (Imóvel locado) – Rua Ministro Ernesto Simões Filho, 3 7 0 - Centro. CEP: 45450-00 Tel. (73) 3190-1129.
88	Conceição do Jacuípe	105.00 e 105.00	CARTÓRIO (Imóvel locado) – Rua Tancredo Neves, 06, Centro. CEP: 44245-000. Tel.: (75) 3199-6192.
89	Cruz das Almas	2000.00 e 340.28	Fórum Eleitoral - Rua Dr. Clodoaldo Gomes da Costa, s/nº, Miradouro. CEP: 44.380-000. Tel.: (75) 3199-6142.
90	Dias D' Ávila	182.24 e 182.24	CARTÓRIO (Imóvel locado) – Rua Campo Alegre, nº 156 - Centro CEP-42.850-000 – Tel: (71) 33625-1829.
91	Entre Rios	88.38 e 82.00	CARTÓRIO (Imóvel locado) Praça Cônego Félix, 69 - Centro CEP-48180-000 Tel: (75) 3199-8144.
92	Feira de Santana	1350.00 e 314.00	Fórum Eleitoral - Avenida José Falcão da Silva, s/nº, Queimadinha. CEP: 44050- 512. Tel.: (75) 3199-8154, (75) 3199-8155, (75) 3199-8156 e (75) 3199-8157.
93	Feira de Santana	7.392 e 1229.00	CAT II (Galpão Feira) – Avenida Rio de Janeiro, 1739, Pedra do Descanso. CEP: 44007-775.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

ITEM	MUNICÍPIO	Área Total e Área Construída (m²)	ENDEREÇO
94	Irará	300.00 e 172.92	CARTÓRIO (Imóvel locado) - Rua Pça Cel Pedro, 162 – Centro – CEP.44.255- 000 – Tel: (75) 3199-8074.
95	Lauro de Freitas	110.00 e 110.00	CARTÓRIO (Imóvel locado) - Rua Silvandir F. Chaves, 108, Qdra K, Lotes 3 e 4, Edf. Empresarial Torre Business – Lot. Jardim Aeroporto - CEP: 42700-000. Tel.: (71) 2180-0680.
96	Mata de São João	150.00 e 150.00	CARTÓRIO (Imóvel locado) - Rua Quintino Bocaiúva, 110, Centro. CEP: 48280-000. Tel.: (71) 3373-9185.
97	Muritiba	176.23 e 176.23	CARTÓRIO (locado) - Rua Professora Auta Andrade Souza, 251, Centro. CEP: 44340-000. Tel.: (75) 3199-8131.
98	Mutuípe	190.40 e 190.40	CARTÓRIO (Imóvel locado) - Av. Dr, Bartolomeu Chaves, 177 – Centro CEP. 45.480-000 Tel: (75) 3199-8109.
99	Santo Antônio de Jesus	425.00 e 188.37	CARTÓRIO (Imóvel locado) - Rua Vereador Albertino Lira, nº 05, Lot. Quinta do Inglês - CEP: 44570-000 Tel: (75) 3199-8056 e (75) 3199-6202.
100	São Francisco do Conde	163.51 e 163.51	CARTÓRIO (Imóvel em Comodato) – Rua Maria Quitéria, 17-A, São João Batista, CEP 43900-000 Tel: (71) 3190-2162.
101	São Felipe	160.00 e 110.69	CARTÓRIO (Imóvel locado) – Rua Presidente Castelo Branco, 216 BL-A, Centro. CEP: 44550- 000. Tel.: (75) 31998184.
102	São Gonçalo Campos	375.00 e 104.75	CARTÓRIO (Imóvel locado) - Rua Amancinho Pedreira nº 13, Centro. CEP: 44330-000 Tel.: (75) 3199-1128.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

ITEM	MUNICÍPIO	Área Total e Área Construída (m²)	ENDEREÇO
103	São Sebastião do Passé	175.00 e 175.00	CARTÓRIO (Imóvel locado) Rua Antônio Couto, 22, Praça São Roque, CEP - 43.850-000. Tel: (71) 3190-1128.
104	Rio Real	130.00 e 130.00	CARTÓRIO (Imóvel locado) Rua Engenheiro Ademar Fontes, S/N , Centro - CEP 48330-00 – Tel (75) 3199-8049.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2025

ANEXO II

ORÇAMENTO ESTIMATIVO

VALOR (ES) MÁXIMO(S) ADMITIDO (S) PARA CONTRATAÇÃO

lote	item	descrição	unidade de fornecimento	Qtde do item	Valor do item
1	1	Araci	Unidade	1	R\$ 93,60
1	2	Cícero Dantas	Unidade	1	R\$ 67,60
1	3	Euclides da Cunha	Unidade	1	R\$ 208,00
1	4	Inhambupe	Unidade	1	R\$ 189,28
1	5	Jeremoabo	Unidade	1	R\$ 214,00
1	6	Monte Santo	Unidade	1	R\$ 151,32
1	7	Nova Soure	Unidade	1	R\$ 300,96
1	8	Paulo Afonso	Unidade	1	R\$ 522,60
1	9	Ribeira do Pombal	Unidade	1	R\$ 891,28
1	10	Serrinha	Unidade	1	R\$ 186,16
1	11	Tucano	Unidade	1	R\$ 911,16
				Valor do lote	R\$ 3.735,96
2	12	Baianópolis	Unidade	1	R\$ 170,16
2	13	Barreiras	Unidade	1	R\$ 2.233,92
2	14	Brumado	Unidade	1	R\$ 1.014,00
2	15	Bom Jesus da Lapa	Unidade	1	R\$ 624,00
2	16	Caculé	Unidade	1	R\$ 198,40
2	17	Guanambi	Unidade	1	R\$ 3.907,48
2	18	Ibotirama	Unidade	1	R\$ 389,96
2	19	Igaporã	Unidade	1	R\$ 107,84
2	20	Ituaçu	Unidade	1	R\$ 1.518,40
2	21	Jacaraci	Unidade	1	R\$ 108,16



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

lote	item	descrição	unidade de fornecimento	Qtde do item	Valor do item
2	22	Lençóis	Unidade	1	R\$ 124,80
2	23	Livramento de Nossa Senhora	Unidade	1	R\$ 312,00
2	24	Luís Eduardo Magalhães	Unidade	1	R\$ 204,36
2	25	Paramirim	Unidade	1	R\$ 312,00
2	26	Riacho de Santana	Unidade	1	R\$ 218,40
2	27	São Desidério	Unidade	1	R\$ 162,96
2	28	Seabra	Unidade	1	R\$ 998,40
				Valor do lote	R\$ 12.605,24
3	29	Barra do Choça	Unidade	1	R\$ 223,96
3	30	Condeúba	Unidade	1	R\$ 18,92
3	31	Condeúba	Unidade	1	R\$ 62,40
3	32	Encruzilhada	Unidade	1	R\$ 157,68
3	33	Jequié	Unidade	1	R\$ 2.080,00
3	34	Itambé	Unidade	1	R\$ 273,64
3	35	Maracás	Unidade	1	R\$ 161,20
3	36	Poções	Unidade	1	R\$ 267,96
3	37	Vitória da Conquista	Unidade	1	R\$ 2.945,68
				Valor do lote	R\$ 6.191,44
4	38	Barra	Unidade	1	R\$ 151,84
4	39	Canarana	Unidade	1	R\$ 243,60
4	40	Central	Unidade	1	R\$ 104,00
4	41	Ipirá	Unidade	1	R\$ 1.040,00
4	42	Irecê	Unidade	1	R\$ 909,92
4	43	Mairi	Unidade	1	R\$ 24,44
4	44	Morro do Chapéu	Unidade	1	R\$ 329,68



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

lote	item	descrição	unidade de fornecimento	Qtde do item	Valor do item
4	45	Mundo Novo	Unidade	1	R\$ 175,76
4	46	Ruy Barbosa	Unidade	1	R\$ 182,16
				Valor do lote	R\$ 3.161,40
5	47	Buerarema	Unidade	1	R\$ 260,00
5	48	Camacan	Unidade	1	R\$ 109,20
5	49	Camamu	Unidade	1	R\$ 211,36
5	50	Eunápolis	Unidade	1	R\$ 1.404,00
5	51	Gandu	Unidade	1	R\$ 310,36
5	52	Ibicarai	Unidade	1	R\$ 31,20
5	53	Ilhéus	Unidade	1	R\$ 2.106,64
5	54	Ipiaú	Unidade	1	R\$ 92,60
5	55	Itabuna	Unidade	1	R\$ 697,64
5	56	Itagibá	Unidade	1	R\$ 148,72
5	57	Itajuípe	Unidade	1	R\$ 139,32
5	58	Itamaraju	Unidade	1	R\$ 1.879,80
5	59	Itaparica	Unidade	1	R\$ 1.436,00
5	60	Itarantim	Unidade	1	R\$ 132,08
5	61	Ituberá	Unidade	1	R\$ 542,88
5	62	Medeiros Neto	Unidade	1	R\$ 96,92
5	63	Nazaré	Unidade	1	R\$ 228,80
5	64	Porto Seguro	Unidade	1	R\$ 946,20
5	65	Prado	Unidade	1	R\$ 104,00
5	66	Teixeira de Freitas	Unidade	1	R\$ 624,00
5	67	Ubatã	Unidade	1	R\$ 187,20
5	68	Valença	Unidade	1	R\$ 1.040,00
5	69	Wenceslau Guimarães	Unidade	1	R\$ 196,84
				Valor do lote	R\$ 12.925,76



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

lote	item	descrição	unidade de fornecimento	Qtde do item	Valor do item
6	70	Capim Grosso	Unidade	1	R\$ 131,04
6	71	Conceição do Coité	Unidade	1	R\$ 312,00
6	72	Itiúba	Unidade	1	R\$ 33,28
6	73	Jacobina	Unidade	1	R\$ 2.215,20
6	74	Juazeiro	Unidade	1	R\$ 100,64
6	75	Miguel Calmon	Unidade	1	R\$ 100,64
6	76	Queimadas	Unidade	1	R\$ 547,04
6	77	Remanso	Unidade	1	R\$ 199,68
6	78	Retirolândia	Unidade	1	R\$ 320,32
6	79	Riachão do Jacuípe	Unidade	1	R\$ 312,00
6	80	Saúde	Unidade	1	R\$ 265,20
6	81	Senhor do Bonfim	Unidade	1	R\$ 141,76
6	82	Valente	Unidade	1	R\$ 193,20
				Valor do lote	R\$ 4.872,00
7	83	Alagoinhas	Unidade	1	R\$ 364,00
7	84	Amargosa	Unidade	1	R\$ 350,48
7	85	Camaçari	Unidade	1	R\$ 1.939,60
7	86	Castro Alves	Unidade	1	R\$ 66,24
7	87	Catu	Unidade	1	R\$ 173,04
7	88	Conceição do Jacuípe	Unidade	1	R\$ 109,20
7	89	Cruz das Almas	Unidade	1	R\$ 2.080,00
7	90	Dias D'Ávila	Unidade	1	R\$ 189,52
7	91	Entre Rios	Unidade	1	R\$ 91,92
7	92	Feira de Santana	Unidade	1	R\$ 1.404,00
7	93	Feira de Santana	Unidade	1	R\$ 7.687,68
7	94	Irará	Unidade	1	R\$ 312,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

lote	item	descrição	unidade de fornecimento	Qtde do item	Valor do item
7	95	Lauro de Freitas	Unidade	1	R\$ 114,40
7	96	Mata de São João	Unidade	1	R\$ 156,00
7	97	Muritiba	Unidade	1	R\$ 183,28
7	98	Mutuípe	Unidade	1	R\$ 198,00
7	99	Santo Antônio de Jesus	Unidade	1	R\$ 442,00
7	100	São Francisco do Conde	Unidade	1	R\$ 170,04
7	101	São Felipe	Unidade	1	R\$ 166,40
7	102	São Gonçalo Campos	Unidade	1	R\$ 390,00
7	103	São Sebastião do Passé	Unidade	1	R\$ 182,00
7	104	Rio Real	Unidade	1	R\$ 135,20
				Valor do lote	R\$ 16.905,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO R\$ 60.396,80					

OBSERVAÇÕES:

1. Não é permitida a apresentação de proposta com quantidade inferior à prevista no Termo de Referência (Anexo I do Edital);
2. A **licitante** deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, **O VALOR TOTAL PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PARA CADA ITEM, CONSIDERANDO, TODO O PERÍODO DA CONTRATAÇÃO (24 MESES)**, já inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2025

ANEXO III

PROPOSTA-PADRÃO

PROPOSTA PADRÃO DE PREÇO PARA SERVIÇO DE

FIRMA OU DENOMINAÇÃO:

CNPJ/MF N.º: ENDEREÇO:

.....

TEL.: MUNICÍPIO: E-MAIL:

lote	item	descrição	unidade de fornecimento	quantidade por etapa (m²)	valor unitário (R\$/m²)	valor total por etapa (a)	quantidade de etapas (b)	valor total do item (a × b)
1	1	Araci	metro quadrado por etapa	90	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
1	2	Cícero Dantas	metro quadrado por etapa	65	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
1	3	Euclides da Cunha	metro quadrado por etapa	200	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

lote	item	descrição	unidade de fornecimento	quantidade por etapa (m²)	valor unitário (R\$/m²)	valor total por etapa (a)	quantidade de etapas (b)	valor total do item (a × b)
1	4	Inhambupe	metro quadrado por etapa	182	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
1	5	Jeremoabo	metro quadrado por etapa	205,77	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
1	6	Monte Santo	metro quadrado por etapa	145,5	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
1	7	Nova Soure	metro quadrado por etapa	289,37	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
1	8	Paulo Afonso	metro quadrado por etapa	502,5	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
1	9	Ribeira do Pombal	metro quadrado por etapa	857	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
1	10	Serrinha	metro quadrado por etapa	179	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
1	11	Tucano	metro quadrado por etapa	876,11	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

lote	item	descrição	unidade de fornecimento	quantidade por etapa (m²)	valor unitário (R\$/m²)	valor total por etapa (a)	quantidade de etapas (b)	valor total do item (a × b)
2	12	Baianópolis	metro quadrado por etapa	163,6	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
2	13	Barreiras	metro quadrado por etapa	2148	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
2	14	Brumado	metro quadrado por etapa	975	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
2	15	Bom Jesus da Lapa	metro quadrado por etapa	600	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
2	16	Caculé	metro quadrado por etapa	190,75	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
2	17	Guanambi	metro quadrado por etapa	3757,2	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
2	18	Ibotirama	metro quadrado por etapa	374,97	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
2	19	Igaporã	metro quadrado por etapa	103,69	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

lote	item	descrição	unidade de fornecimento	quantidade por etapa (m²)	valor unitário (R\$/m²)	valor total por etapa (a)	quantidade de etapas (b)	valor total do item (a × b)
2	20	Ituaçu	metro quadrado por etapa	1460	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
2	21	Jacaraci	metro quadrado por etapa	104	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
2	22	Lençóis	metro quadrado por etapa	120	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
2	23	Livramento de Nossa Senhora	metro quadrado por etapa	300	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
2	24	Luís Eduardo Magalhães	metro quadrado por etapa	196,5	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
2	25	Paramirim	metro quadrado por etapa	300	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
2	26	Riacho de Santana	metro quadrado por etapa	210	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
2	27	São Desidério	metro quadrado por etapa	156,7	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

lote	item	descrição	unidade de fornecimento	quantidade por etapa (m²)	valor unitário (R\$/m²)	valor total por etapa (a)	quantidade de etapas (b)	valor total do item (a × b)
2	28	Seabra	metro quadrado por etapa	960	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
3	29	Barra do Choça	metro quadrado por etapa	215,34	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
3	30	Condeúba	metro quadrado por etapa	18,18	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
3	31	Condeúba	metro quadrado por etapa	60	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
3	32	Encruzilhada	metro quadrado por etapa	151,6	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
3	33	Jequié	metro quadrado por etapa	2000	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
3	34	Itambé	metro quadrado por etapa	263,12	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
3	35	Maracás	metro quadrado por etapa	155	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

lote	item	descrição	unidade de fornecimento	quantidade por etapa (m²)	valor unitário (R\$/m²)	valor total por etapa (a)	quantidade de etapas (b)	valor total do item (a × b)
3	36	Poções	metro quadrado por etapa	257,65	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
3	37	Vitória da Conquista	metro quadrado por etapa	2832,4	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
4	38	Barra	metro quadrado por etapa	146	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
4	39	Canarana	metro quadrado por etapa	234,24	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
4	40	Central	metro quadrado por etapa	100	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
4	41	Ipirá	metro quadrado por etapa	1000	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
4	42	Irecê	metro quadrado por etapa	874,94	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
4	43	Mairi	metro quadrado por etapa	23,51	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

lote	item	descrição	unidade de fornecimento	quantidade por etapa (m²)	valor unitário (R\$/m²)	valor total por etapa (a)	quantidade de etapas (b)	valor total do item (a × b)
4	44	Morro do Chapéu	metro quadrado por etapa	317	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
4	45	Mundo Novo	metro quadrado por etapa	169	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
4	46	Ruy Barbosa	metro quadrado por etapa	175,16	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
5	47	Buerarema	metro quadrado por etapa	250	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
5	48	Camacan	metro quadrado por etapa	105	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
5	49	Camamu	metro quadrado por etapa	203,24	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
5	50	Eunápolis	metro quadrado por etapa	1350	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
5	51	Gandu	metro quadrado por etapa	298,41	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

lote	item	descrição	unidade de fornecimento	quantidade por etapa (m²)	valor unitário (R\$/m²)	valor total por etapa (a)	quantidade de etapas (b)	valor total do item (a × b)
5	52	Ibicaraí	metro quadrado por etapa	30	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
5	53	Ilhéus	metro quadrado por etapa	2025,63	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
5	54	Ipiaú	metro quadrado por etapa	89,05	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
5	55	Itabuna	metro quadrado por etapa	670,82	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
5	56	Itagibá	metro quadrado por etapa	143	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
5	57	Itajuípe	metro quadrado por etapa	133,95	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
5	58	Itamaraju	metro quadrado por etapa	1807,5	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
5	59	Itaparica	metro quadrado por etapa	1380,77	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

lote	item	descrição	unidade de fornecimento	quantidade por etapa (m²)	valor unitário (R\$/m²)	valor total por etapa (a)	quantidade de etapas (b)	valor total do item (a × b)
5	60	Itarantim	metro quadrado por etapa	127	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
5	61	Ituberá	metro quadrado por etapa	522	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
5	62	Medeiros Neto	metro quadrado por etapa	93,2	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
5	63	Nazaré	metro quadrado por etapa	220	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
5	64	Porto Seguro	metro quadrado por etapa	909,8	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
5	65	Prado	metro quadrado por etapa	100	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
5	66	Teixeira de Freitas	metro quadrado por etapa	600	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
5	67	Ubatã	metro quadrado por etapa	180	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

lote	item	descrição	unidade de fornecimento	quantidade por etapa (m²)	valor unitário (R\$/m²)	valor total por etapa (a)	quantidade de etapas (b)	valor total do item (a × b)
5	68	Valença	metro quadrado por etapa	1000	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
5	69	Wenceslau Guimarães	metro quadrado por etapa	189,28	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
6	70	Capim Grosso	metro quadrado por etapa	126	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
6	71	Conceição do Coité	metro quadrado por etapa	300	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
6	72	Itiúba	metro quadrado por etapa	32	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
6	73	Jacobina	metro quadrado por etapa	2130	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
6	74	Juazeiro	metro quadrado por etapa	96,75	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
6	75	Miguel Calmon	metro quadrado por etapa	96,75	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

lote	item	descrição	unidade de fornecimento	quantidade por etapa (m²)	valor unitário (R\$/m²)	valor total por etapa (a)	quantidade de etapas (b)	valor total do item (a × b)
6	76	Queimadas	metro quadrado por etapa	526	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
6	77	Remanso	metro quadrado por etapa	192	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
6	78	Retirolândia	metro quadrado por etapa	308	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
6	79	Riachão do Jacuípe	metro quadrado por etapa	300	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
6	80	Saúde	metro quadrado por etapa	255	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
6	81	Senhor do Bonfim	metro quadrado por etapa	136,3	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
6	82	Valente	metro quadrado por etapa	185,78	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
7	83	Alagoinhas	metro quadrado por etapa	350	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

lote	item	descrição	unidade de fornecimento	quantidade por etapa (m ²)	valor unitário (R\$/m ²)	valor total por etapa (a)	quantidade de etapas (b)	valor total do item (a × b)
7	84	Amargosa	metro quadrado por etapa	337	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
7	85	Camaçari	metro quadrado por etapa	1865	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
7	86	Castro Alves	metro quadrado por etapa	63,7	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
7	87	Catu	metro quadrado por etapa	166,4	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
7	88	Conceição do Jacuípe	metro quadrado por etapa	105	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
7	89	Cruz das Almas	metro quadrado por etapa	2000	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
7	90	Dias D'Ávila	metro quadrado por etapa	182,24	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
7	91	Entre Rios	metro quadrado por etapa	88,38	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

lote	item	descrição	unidade de fornecimento	quantidade por etapa (m²)	valor unitário (R\$/m²)	valor total por etapa (a)	quantidade de etapas (b)	valor total do item (a × b)
7	92	Feira de Santana	metro quadrado por etapa	1350	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
7	93	Feira de Santana	metro quadrado por etapa	7392	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
7	94	Irará	metro quadrado por etapa	300	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
7	95	Lauro de Freitas	metro quadrado por etapa	110	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
7	96	Mata de São João	metro quadrado por etapa	150	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
7	97	Muritiba	metro quadrado por etapa	176,23	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
7	98	Mutuípe	metro quadrado por etapa	190,4	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
7	99	Santo Antônio de Jesus	metro quadrado por etapa	425	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

lote	item	descrição	unidade de fornecimento	quantidade por etapa (m ²)	valor unitário (R\$/m ²)	valor total por etapa (a)	quantidade de etapas (b)	valor total do item (a × b)
7	100	São Francisco do Conde	metro quadrado por etapa	163,51	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
7	101	São Felipe	metro quadrado por etapa	160	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
7	102	São Gonçalo Campos	metro quadrado por etapa	375	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
7	103	São Sebastião do Passé	metro quadrado por etapa	175	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
7	104	Rio Real	metro quadrado por etapa	130	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -

Salvador, de..... de 20XX.

Representante legal da empresa



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90005/2025

ANEXO IV

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS CONTINUADOS DE
DES RATIZAÇÃO, DESCUPINIZAÇÃO E
DESINSETIZAÇÃO DAS
DEPENDÊNCIAS DOS PRÉDIOS ONDE
FUNCIONAM UNIDADES DA JUSTIÇA
ELEITORAL NO INTERIOR DO
ESTADO DA BAHIA, QUE ENTRE SI
CELEBRAM A UNIÃO, POR
INTERMÉDIO DO TRIBUNAL
REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, E
A EMPRESA _____

CONTRATO N.º 00/20XX

A UNIÃO, por intermédio do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, com sede na 1ª Avenida do Centro Administrativo da Bahia, nº 150, Salvador - BA, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 05.967.350/0001-45, doravante denominado **Contratante**, neste ato representado por seu Diretor-Geral,, no uso da competência que lhe é atribuída pelo Regulamento Interno da Secretaria do TRE-BA, e a empresa **XXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º **XXXXXXXXXXXX**, com sede na Rua **XXXXXXXXXXXX**, CEP: **XXXXXXXXXXXX**, telefone nº (XX) **XXXXXXXXXXXX**, e-mail **XXXXXXXXXXXX**, doravante denominada **Contratada**, representada neste ato pelo Sr. **XXXXXXXXXXXX**, conforme atos constitutivos da empresa ou procuração juntada aos autos, resolvem celebrar o presente **CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE DES RATIZAÇÃO, DESCUPINIZAÇÃO E DESINSETIZAÇÃO DAS DEPENDÊNCIAS DOS PRÉDIOS ONDE FUNCIONAM UNIDADES DA JUSTIÇA ELEITORAL NO INTERIOR DO ESTADO DA BAHIA**, albergado na Lei nº 14.133/2021, resultante do **Pregão n.º 90005/2025**, consoante Processo (SEI) n.º 0022605-12.2024.6.05.8000.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. O objeto do presente contrato é serviços continuados de desratização, descupinização e desinsetização das dependências dos prédios onde funcionam unidades da Justiça Eleitoral no interior do estado da Bahia, conforme as condições estabelecidas no Edital de Pregão n.º 90005/2025 e na proposta firmada pela Contratada, que passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E DO REAJUSTE CONTRATUAL

INSERIR TABELA COM ITENS CORRESPONDENTES

1. O valor total do presente contrato é de R\$ XXX,00 (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX).
2. O valor acima referido inclui todos os custos diretos e indiretos, bem como deveres, obrigações e encargos de qualquer natureza, não sendo devido à Contratada qualquer outro pagamento resultante da execução deste ajuste.

REAJUSTE

3. Os preços pactuados serão reajustados, observado o interregno mínimo de um ano, a contar de 04/02/2025, data do orçamento estimado, aplicando-se a variação do IPCA, calculado e divulgado pelo IBGE.
4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação em vigor, à época.
5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento dos preços.
6. Caso os preços contratados, após o cálculo referente ao reajuste citado no item anterior, venham a ser superiores aos praticados no mercado, as partes deverão rever os preços para adequá-los às condições existentes no início do contrato firmado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. A despesa correrá à conta do elemento xxxx.“xxxxxxxx”, vinculado à Ação xxxxxxxx–“xxxxxxxx”, do Programa “Gestão do Processo Eleitoral”.
2. Para a cobertura das despesas, foi emitida a Nota de Empenho nº 20XXNEXXXX, em xx de xxxxxxxxxx de 20XX.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

1. A execução do serviço será efetuada em conformidade com o disposto no Termo de Referência, Anexo I, do Edital, que passa a integrar este instrumento contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

1. A Contratante obriga-se a:
 - a) acompanhar e fiscalizar a execução do ajuste, anotando em registro próprio as ocorrências acaso verificadas, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

- b) prestar esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- c) efetuar os pagamentos nas condições e nos prazos constantes dos instrumentos convocatório e contratual;
- d) zelar para que, durante a vigência do Contrato, a Contratada cumpra as obrigações assumidas, bem como sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;
- e) determinar a reparação, a correção, a remoção, a reconstrução ou a substituição do objeto contratado que apresentar vícios ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados ou do seu uso correto, que o tornem impróprio ou inadequado para o consumo a que se destina ou lhe diminuam o valor.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. São obrigações da Contratada, além daquelas explícita ou implicitamente contidas no presente Contrato, no Termo de Referência e na legislação vigente:
 - a) executar o serviço nas especificações e na quantidade constantes neste contrato, assim como com as características descritas na proposta;
 - b) atender às solicitações do Contratante nos prazos estabelecidos neste instrumento;
 - c) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto contratado que apresentar vícios ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados ou do seu uso correto, que o tornem impróprio ou inadequado para o consumo a que se destina ou lhe diminuam o valor;
 - d) responder pelos encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução deste Contrato;
 - e) responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados à Administração e/ou a terceiros na execução deste Contrato;
 - f) manter, durante a execução do ajuste, todas as condições de habilitação exigidas para a contratação;
 - g) não subcontratar, ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto deste contrato;
 - h) abster-se de contratar servidor pertencente ao quadro de pessoal do Contratante, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou ocupante de cargo em comissão, assim como seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, inclusive, bem como de membros ou juízes vinculados ao TRE-BA, durante a vigência do contrato;
 - i) prestar garantia de adequação dos serviços (qualidade, segurança, durabilidade e desempenho), em conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado na forma e no prazo estabelecidos no Termo de Referência, anexo deste Contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

2. Por ocasião do pagamento, deverá ser verificada a regularidade da Contratada perante a Fazenda Nacional (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF), a Justiça Trabalhista (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT) e a Fazenda Municipal (Certidão de Quitação de Tributos Municipais ou Certidão que comprove a regularidade com o ISS, emitida pelo órgão competente).
3. A Contratada indicará na nota fiscal/fatura o nome do Banco e os números da agência e da conta corrente para efetivação do pagamento.
4. Observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, a Contratante poderá deduzir os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações, devidos pela Contratada, do montante a ser-lhe pago.
5. No caso de atraso de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela Contratante encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.
6. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

1. O contrato terá vigência de 24 meses contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite legal.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

1. De acordo com o § 4º do artigo 156 da Lei nº 14.133/21, ficará **IMPEDIDA DE LICITAR E CONTRATAR** com a União, **PELO PRAZO MÁXIMO DE 3 (TRÊS) ANOS**, sem prejuízo de eventual multa prevista no edital, contrato ou termo de referência, a **contratada** que incorrer nas condutas a seguir relacionadas, desde que não se justifique a imposição de penalidade mais grave prevista **no item 2 abaixo**, garantidos o contraditório e ampla defesa:
 - a) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta
 - b) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - c) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - d) dar causa à inexecução total do contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

2. De acordo com o § 5º do artigo 156 da Lei nº 14.133/21, será **DECLARADA INIDÔNEA PARA LICITAR E CONTRATAR** com todos os órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, **PELO PRAZO MÍNIMO DE 3 (TRÊS) ANOS E MÁXIMO DE 6 (SEIS) ANOS**, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, bem como de eventual sanção de multa prevista no edital, contrato, termo de referência, a **contratada** que incorrer nas condutas a seguir relacionadas, garantidos o contraditório e ampla defesa:

- a) prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- b) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

2.1. Para os fins da **alínea “c”**, reputar-se-á como comportamento inidôneo ou cometimento de fraude de qualquer natureza, a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do contrato, tais como ação em conluio ou em desconformidade com a lei, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original.

3. De acordo com o § 2º do artigo 156 da Lei nº 14.133/21, será aplicada a sanção de **ADVERTÊNCIA** exclusivamente aos casos de inexecução parcial, desde que não tenha causado grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

4. Pelo inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas, a licitante vencedora estará sujeita à multa prevista no Termo de Referência (Anexo a este Contrato), penalidade que poderá ser imputada cumulativamente às sanções estabelecidas nos **itens 1, 2 e 3 acima**.

5. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas, ressalvada a hipótese de convocação de licitante remanescente na forma do inciso I do art. 4º do art. 90 da Lei 14.133/2021.

6. Qualquer penalidade somente poderá ser aplicada mediante processo administrativo, no qual se assegurem a prévia defesa e o contraditório, consoante rito estabelecido nos artigos. 156 a 163 da Lei 14,133/2021, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 9.784/99 e a Portaria nº 112/2023, da Presidência do TRE-BA.

7. A Contratante poderá reter dos pagamentos devidos à Contratada, como medida cautelar, independentemente de sua manifestação prévia, valor relativo a eventual multa a ser aplicada em razão de inadimplemento contratual, com base no artigo 45 da Lei nº 9.784/99 e no artigo 26, inciso I, da Portaria nº 112/2023, da Presidência do TRE/BA.

8. O valor da multa aplicada será descontado dos pagamentos eventualmente devidos à Contratada ou da garantia prestada, quando houver, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.

9. Aplicada a penalidade de multa, após regular processo administrativo, e observado o disposto nos **itens 7 e 8 acima**, será a Contratada, se for o caso, intimada para efetuar o recolhimento do seu



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

valor, por meio de Guia de Recolhimento da União– GRU, no prazo de 30 dias, contados do recebimento da intimação.

10. As situações mencionadas nos incisos I a IV e IX do art. 137 da Lei 14.133/2021, podem ensejar, a critério da Administração, a extinção do contrato.

11. Os recursos contra a aplicação de sanções em decorrência de inadimplemento contratual serão dirigidos à Presidência do TRE-BA, sendo interpostos na forma e nos prazos estabelecidos nos arts.166 e 167 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

1. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 124 da Lei 14.133/2021, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

1. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua extinção, conforme disposto nos artigos 137 a 139 da Lei 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação das penalidades aqui estabelecidas.

2. Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DIVULGAÇÃO

1. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do presente contrato e de seus aditamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

1. Em observância ao disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a Contratada compromete-se juntamente com este Tribunal a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, atuando da seguinte forma:

a) a coleta de dados pessoais indispensáveis à própria execução do objeto, se houver, será realizada mediante prévia e fundamentada aprovação do Contratante, responsabilizando-se a Contratada por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução do objeto especificado neste Termo de Referência, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;

b) encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a Contratada providenciará seu descarte de forma segura.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

2. A Contratada, sempre que necessário, dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas neste item, inclusive no tocante à Política de Privacidade do TRE-BA, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata o presente item.
3. O eventual acesso, pela Contratada, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio implicará para a mesma e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso da execução contratual e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final.
4. Representante da Contratada manterá contato formal com representante do TRE-BA, no prazo de um dia útil da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.
5. A critério do Contratante, a Contratada poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.
6. Sem prejuízo de observância às demais disposições da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a Lei de Acesso à Informação (LAI), as informações produzidas ou custodiadas por este Tribunal devem ser tratadas em função do seu grau de confidencialidade, criticidade e temporalidade, garantindo-se a sua integridade, autenticidade, disponibilidade e a cadeia de custódia dos documentos.
7. Serão protegidas quanto à confidencialidade as informações classificadas e as que possuem sigilo, observando-se o disposto na LAI e na LGPD, na Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, na Resolução CNJ nº 396, de 07 de junho de 2021, na Resolução TSE nº 23.644, de 1º de junho de 2021, na Portaria da Presidência do TRE-BA nº 405, de 17 de agosto de 2021 e, subsidiariamente, no Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018, sem prejuízo da observância de outros normativos que regem a matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1. O presente Contrato é celebrado com fulcro nas normas insertas na Lei 14.133/2021, tendo por base as condições estabelecidas no Pregão n.º 90005/2025 e os termos da proposta apresentada pela Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

1. Fica eleito o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal de Salvador, capital do Estado da Bahia, para dirimir qualquer dúvida oriunda da execução deste contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Salvador, xx de xxxxxxxx de 20XX

_____.....

Diretor-Geral do TRE-BA

CONTRATADA